



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Andreia Cesar dos Santos

“A realidade da vida é que o bagulho é doido”: percepções de jovens moradores da Maré sobre favela, juventude e violência em diálogo com *Falcão*

Rio de Janeiro
2009

Andreia Cesar dos Santos

“A realidade da vida é que o bagulho é doido”

“A realidade da vida é que o bagulho é doido”: percepções de jovens moradores da Maré sobre favela, juventude e violência em diálogo com *Falcão*



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Pr^a Dr^a Márcia da Silva Pereira Leite

Rio de Janeiro
2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

S237 Santos, Andreia Cesar dos.

“ A realidade da vida é que o bagulho é doido”: percepções de jovens moradores da Maré sobre favela, juventude e violência em diálogo com Falcão/ Andréia César dos Santos. - 2009.

115 f.

Orientadora: Márcia da Silva Pereira Leite.

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Bibliografia.

1. Jovens – Condições sociais – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Tráfico de drogas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Maré (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. I. Leite, Márcia da Silva Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 304(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Andreia Cesar dos Santos

“A realidade da vida é que o bagulho é doido”: percepções de jovens moradores da Maré sobre favela, juventude e violência em diálogo com *Falcão*.

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de setembro de 2009.

Banca Examinadora:

Márcia da Silva Pereira Leite (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Jussara Freire
Universidade Federal Fluminense

Sandra Maria Corrêa de Sá Carneiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2009

DEDICATÓRIA

Aos jovens entrevistados no Conjunto de favelas da Maré, pelo muito que me ensinaram.

AGRADECIMENTOS

Vou iniciar declarando minha gratidão aos meus familiares, que conviveram com (e se esforçaram para compreender) minhas ausências. Agradeço a minha mãe, irmão e avó pelo apoio e paciência.

A seguir outro exemplo de compreensão. Muito Obrigada Márcia, pela paciência, dedicação e auxílio incomensuráveis que resistiram aos meus “altos e baixos”. Não tenho dúvida de que és um exemplo que eu devo seguir e de que muito do que aprendi na UERJ devo a você. Não tenho mais palavras para agradecê-la, mas quero deixar registrado que nunca vou esquecer o que fez por mim.

Bianca. Obrigada por estar ao meu lado mais uma vez. Seu carinho e consideração são muito importantes pra mim.

Agradeço à professora Sandra por aceitar prontamente avaliar esse trabalho e por me orientar de forma tão construtiva durante minha qualificação. Suas declarações foram preciosas pra mim.

Agradeço à professora Jussara por concordar em contribuir com este trabalho.

Muito obrigada a todos que me atenderam no “Luta Pela Paz” pela recepção e por aceitarem minha proposta de trabalho. Agradeço em especial a Carol, Miriam, Leriana, Juliana e aos jovens que contribuíram para esta dissertação.

Agora um agradecimento um tanto impreciso, porém não menos importante. Aos amigos, que me serviram de apoio emocional (como sempre). Vou citar alguns que acompanharam minha trajetória no UERJ: Cíntia, Alexandre (antes disso, na verdade há 10 anos) e Joni, um amigo que ganhei na UERJ.

Por fim sou grata a Deus que me deu a vida e de presente, a convivência as pessoas acima citadas.

RESUMO

SANTOS, Andreia Cesar dos. “*A realidade da vida é que o bagulho é doido*”: percepções de jovens moradores da Maré sobre favela, juventude e violência em diálogo com *Falcão*. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais.) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Na noite de 19 de março de 2006, o documentário *Falcão: Meninos do Tráfico* aparecia na grande mídia pela primeira vez. Sua proposta era desvelar a vida de jovens integrantes do tráfico de drogas a partir da fala dos mesmos. Esta dissertação examina as condições de produção do projeto *Falcão*, situando-o no contexto mais amplo do debate contemporâneo sobre violência urbana e segurança pública no Brasil, e analisa como jovens moradores de uma favela carioca percebem e interpretam os principais argumentos apresentados por este projeto.

Palavras-chave: Mídia. Juventude. Violência

ABSTRACT

On the night of 19 March 2006, the documentary *Falcão: Meninos do Tráfico* appeared on media for the first time. The purpose of this action was reveal the life of young people that was working on drug trade. This dissertation examines the conditions of *Falcão's* production, situating this project in a wider context of the contemporary discussion about urban violence and public safety in Brazil, and analyses how young people who lives on a favela of Rio de Janeiro perceives and interprets the main arguments showed for this project.

Keywords: Youth. Violence. Media

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E JUVENTUDE NO CENÁRIO URBANO	24
1.1 Do problema da cidade ao “problema da favela”: debates e ações em relação à pobreza urbana	24
1.2 Segregação, estigmatização e sociabilidade	35
1.3 A percepção da juventude pobre como um problema social	42
2 JUVENTUDE, FAVELA E VIOLÊNCIA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS	51
2.1 Os meios de comunicação de massas e produção/ apropriação de significados	51
2.2 As representações sobre juventude pobre e favelada nos meios de comunicação de massas	54
3 O PROJETO FALCÃO COMO ELEMENTO DE DISCUSSÃO DO PROBLEMA DA JUVENTUDE NO ESPAÇO PÚBLICO.....	59
3.1 O documentário: produção, exibição e repercussão	59
3.2 Falcão Voando na TV	73
4 JUVENTUDE, SOCIABILIDADE E TRÁFICO NAS FAVELAS CARIOCAS: COMO OS JOVENS DA MARÉ APROPRIAM-SE DAS REPRESENTAÇÕES DESTES TEMAS E DE <i>FALCÃO</i>	83
4.1 Interagindo com imagens	85
4.2 Do diálogo com <i>Falcão: Meninos do Tráfico</i>	98

5	CONCLUSÃO	103
	REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

Do objeto de pesquisa e das motivações para este estudo

Na noite de 19 de março de 2006, o documentário *Falcão: Meninos do Tráfico*¹ aparecia na grande mídia pela primeira vez. Sua proposta era desvelar a vida de jovens participantes do tráfico de drogas a partir da fala dos mesmos². Os autores MV Bill e seu produtor Celso Athayde³ apresentaram-no como parte de um projeto formulado para estimular o debate público e a reflexão em torno da segurança pública nacional.

Em meu trabalho final de curso de graduação analisei as conexões entre juventude, violência e narcotráfico presentes na produção audiovisual e no livro *Falcão: Meninos do Tráfico*, que relata as situações nas quais as filmagens foram realizadas. Pesquisei a respeito da trajetória de vida dos autores do projeto e sobre a construção de suas identidades enquanto pessoas públicas, buscando compreender as bases da argumentação dos autores, já que os mesmos aparecem nos grandes meios de comunicação como representantes da voz dos moradores de favelas. Abordei ainda os elementos discursivos referentes ao processo de inserção do material na programação de uma emissora de televisão aberta, e sua repercussão na

¹ De acordo com MV Bill e Celso Athayde o projeto Falcão seria um produto das filmagens e conversas com jovens integrantes do tráfico feitas durante seis anos de cumprimento da agenda de shows de MV Bill no país. Composto por dois livros, *Falcão: Meninos do Tráfico* e *Falcão: Mulheres*, o documentário *Falcão: Meninos do Tráfico* e do CD *Falcão: o bagulho é doido*, este projeto teria por objetivo “dar voz” na discussão da segurança pública brasileira aos que integram a rede ilícita do narcotráfico nas regiões favelizadas do país (Cesar dos Santos, 2007:8).

² *Falcão* é o nome dado aos responsáveis pela guarda dos pontos de venda de drogas. Como o projeto “Falcão: Meninos do Tráfico” mostra, tanto no livro como no documentário, eles devem conter as operações policiais e as invasões feitas por facções rivais.

³ *MV Bill* passou a ser conhecido nacionalmente como cantor de rap em 1998 com o CD *CDD Mandando Fechado*. O álbum tinha como tema situações presentes em seu cotidiano na Cidade de Deus, favela onde teria residência até os dias de hoje, embora também resida em um bairro da cidade do Rio de Janeiro. Na Cidade de Deus MV Bill coordena a Central Única de Favelas, uma organização da sociedade civil que oferece cursos na área de audiovisual, esportes, música, educação e qualificação profissional a moradores de favelas. Celso Athayde nasceu na Baixada Fluminense, cresceu em Senador Camará, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro e passou a trabalhar com produção artística através do projeto Hutúz, especializando-se na produção de eventos e de artistas do hip-hop. O produtor também trabalha na coordenação da CUFA. (Cesar dos Santos, 2007, p. 21).

mídia escrita e eletrônica, além das ações coletivas que o documentário teria estimulado.

Em minha dissertação de mestrado no PPCIS/UERJ, dando continuidade à mesma linha de trabalho, pretendo estudar o processo de inserção do documentário no projeto político-midiático desenvolvido por MV Bill e Celso Athayde e como esse material, que obteve grande visibilidade no espaço público, , foi percebido por um grupo específico de espectadores. Buscarei identificar divergências e conciliações entre as interpretações dos jovens selecionados para a pesquisa sobre os temas apresentados por *Falcão: Meninos do Tráfico* e as representações produzidas no âmbito do mesmo.

Deste modo a discussão sociológica sobre os meios comunicação de massas ilumina algumas das questões a serem tratadas neste trabalho. Esta discussão compreende desde o argumento de que a “indústria cultural” é uma forma de manipular as massas, apresentado por autores como Adorno e Horkheimer (1977) até as formulações que definem a comunicação de massas como um meio de difundir a cultura popular. Aos que sustentam esta tese, Eco (1978) chamou de “integrados”; designando de “apocalípticos” a primeira corrente. Para o autor, a polarização entre essas duas vertentes que orientam a discussão é prejudicial à compreensão dos efeitos sociais da comunicação de massas.

Prado (2003) recorre à análise de Bourdieu (1997) sobre discursos televisivos para estudar as tensões entre os processos de assimilação e ressignificação dos conteúdos televisivos por parte dos espectadores. A autora discute o conceito de “violência simbólica” de Bourdieu, ressaltando que de acordo com o autor, a televisão ao transmitir idéias feitas e lugares comuns inviabiliza o diálogo com os valores difundidos por esse meio de comunicação.

A autora pondera entretanto, que para além da aceitação do conteúdo televisivo, os espectadores desenvolvem meios de não somente resistir aos discursos da televisão, mas também podem ressignificá-los de acordo com o contexto social em que vivem: " (...) se, por um lado *stricto sensu* não há diálogo do espectador com a televisão, por outro lado, há respostas: nos julgamentos, nas avaliações, identificações e rejeições." (PRADO, 2003, p. 393). Mesmo que a televisão seja um

fator que mudou significativamente a rotina das pessoas o telespectador é quem dá o limite à intervenção que a televisão pode causar à sua forma de ver o mundo.

Prado (2003) considera as telenovelas um meio profícuo para a análise do modo como os espectadores recebem e dialogam com os conteúdos televisivos. Enquanto trazem situações diversas as telenovelas exibem conteúdos que podem não se relacionar diretamente com a vida particular do espectador, mas dão espaço para assimilações que variam de acordo com suas experiências e com os referenciais com os quais convive. As telenovelas colocam os assuntos em pauta, mas quem os discute são os espectadores.

Para testar sua hipótese, a antropóloga realizou uma pesquisa no município de Cunha, situado no interior de São Paulo, entre os anos de 1985 e 1986. Neste estudo foram analisadas pela autora as reações das mulheres da cidade em relação aos personagens de duas novelas transmitidas na ocasião: *Selva de Pedra* (1986) e *Roque Santeiro* (1985, 1986). A autora analisa os efeitos da coexistência da tradição *cunhense* com o modo “moderno” de viver transmitido pelos personagens das novelas da época.

Prado (2003) sustenta que durante a pesquisa as questões levantadas pelas entrevistadas pautavam-se em duas linhas gerais: as relações sociais e as questões correlatas a essas relações. Com este trabalho Prado percebeu que os personagens discutidos, eram lembrados pelas entrevistadas de acordo com a vontade que elas tinham de expressar o quanto eram favoráveis aos valores de liberdade e independência feminina, e os incômodos que diziam sofrer em virtude das sanções impostas às mulheres em Cunha.

O documentário *Falcão: Meninos do Tráfico* inseriu-se no espaço público através de sua ampla divulgação na televisão e posteriormente via sua distribuição em DVD. A forma como o conteúdo de *Falcão* foi apresentado na televisão deu-se através de chamadas que apontaram para exposição da “realidade brasileira” (já que se tratava de um documentário) e ratificada pela fala de um de seus diretores, *MV Bill*, afirmando falar “de dentro” do tema apresentado no documentário. Sustento que este tipo de apresentação pode impor limites ao processo de ressignificação do conteúdo de *Falcão*. Ainda que o objetivo fosse se fazer ouvido, pois *MV Bill* declarava que suas

músicas não seriam suficientes para atingir a população brasileira de um modo mais abrangente, acredito que a exposição televisiva mediada pelas apresentações e pelos demais recursos desta abordagem circunscreveu ainda mais o olhar do espectador. A linguagem televisiva atribuída ao documentário teve efeitos diretos não somente no tema colocado em pauta, mas também na recepção dos argumentos colocados em questão.

A Rede Globo, emissora que detém a maior parcela de audiência no país, foi escolhida pelos autores do projeto para ser a primeira a exibir o documentário, que atingiu 37 pontos de audiência⁴ na ocasião. Em contrapartida, a emissora deu grande divulgação ao documentário nos seus noticiários e demais programações.

Ao considerar outras produções que abordam o tema da violência urbana em lugares pobres (principalmente as que foram realizadas por pessoas “de fora” dessas localidades), MV Bill assinalou na entrevista veiculada antes da exibição do documentário na Televisão que na maioria dos casos, os jovens moradores de favelas e integrantes do tráfico não têm o direito à palavra. A imagem deles é usada apenas como “indicador da ação policial nas favelas”, isto é, os jovens são mostrados somente no caso de apreensões de drogas ou prisões de traficantes feitas pelos agentes da polícia; suas imagens são veiculadas como sinal de produtividade dos equipamentos de segurança pública. Quando, afinal, são ouvidos – sustenta MV Bill - têm suas falas mediadas por atores como repórteres e pesquisadores que, segundo o *rapper*, dificilmente conhecem a realidade das favelas. Por isso mesmo, MV Bill sustenta que o projeto tinha o objetivo de expressar um olhar vindo de pessoas que participassem da rede de tráfico de drogas, para que deste modo a voz dos *falcões* fosse ouvida.

No depoimento que integra o DVD *Falcão: Meninos do Tráfico* o *rapper* MV Bill critica o filme *Cidade de Deus* por considerar que este foi lucrativo e causou grande impacto no imaginário social brasileiro, porém o longa metragem não trouxe retorno financeiro e nem melhorias para a localidade. Para o *rapper*, o filme acentuou o estigma referente à favela, vista como um local extremamente violento. A Cidade de Deus e as demais favelas teriam sofrido reflexos deste impacto em seu

⁴ Fonte: Dreams can be foundation. Disponível em:
< http://www.dreamscanbe.org/4026?locale=pt_BR> Acesso em: 28 jul. 2009.

cotidiano com o aumento do preconceito em relação aos moradores de favelas. MV Bill cita como exemplo deste impacto algumas situações das quais ele tomou conhecimento como relatos de pessoas que passaram a ter medo de ir à Cidade de Deus após o lançamento do filme e o aumento dos comentários negativos sobre o local.

A repercussão do documentário *Falcão: Meninos do Tráfico* estendeu-se na televisão por duas semanas após sua primeira exibição, em março de 2006. Por se tratar de um conteúdo que teve a participação da Rede Globo na produção, foi exibido e comentado somente em três outros canais: TVE e TV Câmara (ambos estatais) e Globo News (canal por assinatura de notícias da Rede Globo). Sem repercussão nas emissoras concorrentes, o debate sobre o documentário *Falcão* ganhou mais espaço na mídia impressa, a princípio através de jornais filiados às organizações Globo, nos quais constavam comentários de intelectuais, representantes do poder público, além de cartas e e-mails de leitores enviados a esses jornais. Também foi na mídia escrita onde a credibilidade do projeto “*Falcão: Meninos do tráfico*” foi questionada, através da polêmica gerada em torno da suspeita de que Celso Athayde e MV Bill teriam presenciado uma situação de cárcere privado durante as gravações para o documentário e não teriam avisado sobre o fato à polícia. A mesma proximidade das condições de vida em regiões favelizadas que MV Bill anunciou como um mecanismo de aproximação dos entrevistados, garantindo assim esse novo olhar, também interferiu negativamente na recepção deste conteúdo pela população.

Mas, se o apelo televisivo alcançou a muitos, ainda que por pouco tempo, estas imagens e depoimentos teriam tido alguma influência junto aos jovens moradores de favelas dominadas pelo crime violento? Como os jovens de favelas cariocas residentes de uma área onde atuam redes de tráfico de drogas apreenderiam as representações sobre o cotidiano de locais semelhantes apresentados em *Falcão*? Como leriam e interpretariam a argumentação dos realizadores deste projeto, que traça uma linha direta entre as condições de vida em territórios de pobreza, a vulnerabilidade social e o ingresso na carreira criminal? Estas questões nortearam o desenvolvimento deste estudo. Não me interessei em investigar se as formulações de Bill e Athayde expressariam ou não a “realidade das favelas”. Antes vale novamente frisar que o objetivo principal desta dissertação é

analisar como os jovens moradores de uma favela carioca percebem e interpretam os principais argumentos apresentados no projeto *Falcão*, visando sobretudo examinar em que medida estes argumentos são assimilados pelos jovens. Nesse sentido busquei analisar:

- a) que argumentos foram defendidos por MV Bill e Celso Athayde na elaboração do projeto *Falcão: Meninos do Tráfico*?
- b) como os jovens entrevistados na pesquisa perceberam estes argumentos?
- c) Se existe ou não assimilação destes argumentos pelos jovens, e em caso positivo, em que situações e para que mobilizam esses argumentos.

Visando responder a estas questões, a dissertação será organizada de seguinte forma: Nesta introdução além de apresentar o tema e o problema da pesquisa, desenvolvo no próximo item desta parte as condições e os métodos de pesquisa utilizados neste trabalho.

No primeiro capítulo, realizarei uma revisão da literatura sociológica a respeito da construção das favelas como um problema na cidade do Rio de Janeiro, discutindo as diferentes faces deste “problema” a cada contexto considerado. Demonstro como nas últimas décadas, com o crescimento da violência associada ao tráfico de drogas e a juvenilização do crime violento, a juventude pobre, negra e moradora de favela constituiu um problema social. Reservo o segundo capítulo para a discussão da abordagem que os meios de comunicação de massas (mais precisamente jornais e canais de televisão) realizam sobre o tema juventude, com objetivo de refletir sobre as formas de utilização dessa categoria no espaço público.

No terceiro capítulo apresento o projeto *Falcão: Meninos do Tráfico* e discuto os elementos que o mesmo introduz no debate público em torno da segurança no Brasil, analisando o discurso utilizado no documentário sobre a juventude pobre e favelada e seu ingresso na carreira criminal. O quarto capítulo, por sua vez, tratará da análise dos resultados da pesquisa empírica realizada com jovens moradores do conjunto de favelas da Maré. Examinarei os sentidos atribuídos pelos jovens às suas

vivências na favela e discutirei como os mesmos pensam a inserção na carreira criminal através do tráfico de drogas.

Por fim, apresentarei as conclusões obtidas através da experiência de realização deste trabalho, destacando as apropriações e/ ou ressignificações dos argumentos de Falcão pelos jovens entrevistados.

Sobre a metodologia de pesquisa

Para a realização da pesquisa empírica, optei por selecionar jovens moradores do conjunto de favelas da Maré articulados em torno da organização da sociedade civil “Luta pela Paz”, localizada em Nova Holanda, uma das favelas que integra o conjunto situado na Zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A escolha desta localidade se deu em virtude de contatos anteriores que tive com outra organização da sociedade civil atuante no local, o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (OFRJ)⁵, onde trabalhei como pesquisadora. Já a escolha do “Luta pela Paz” deveu-se a duas razões associadas: ser desenvolvido na Maré e destinar-se a jovens moradores de áreas afetadas diretamente pela ação das redes de tráfico de drogas na favela.

O projeto “Luta pela Paz” surgiu em 2000, por iniciativa do ex-lutador de boxe amador Luke Dowdney, no âmbito da organização Viva Rio⁶. Sua proposta era de proteger crianças e jovens da localidade da participação na rede do tráfico de drogas e reintegrar socialmente os que tiveram algum envolvimento com o tráfico de entorpecentes. A partir do ano de 2007, o Luta pela Paz expandiu suas atividades e tornou-se uma Organização não Governamental (ONG) sediada em Nova Holanda. De acordo com informações das coordenadoras da instituição Liriana Figueiredo e Juliana Oliveira, a instituição atende a pessoas com idade entre 6 e 25 anos, moradoras na localidade de Nova Holanda ou Parque Maré, e alguns do Parque União⁷ e de localidades próximas. Suas atividades seriam direcionadas por cinco “pilares” de acordo com seu material de divulgação:

⁵ Uma organização da sociedade civil de interesse público fundada em 2003 que realiza projetos de pesquisa que avaliam as condições das políticas públicas nos espaços pobres, e desenvolve ações no âmbito da cultura educação, e direitos humanos (programas de assistência e proteção a jovens que são ou foram vítimas de violência)

⁶ Organização surgida em 1993 como movimento social em decorrência de duas chacinas ocorridas no Rio de Janeiro (em frente à Igreja da Candelária e em Vigário Geral). O Viva Rio se tornou uma ONG em 1994 com a proposta de combater a violência através do incentivo ao desarmamento. Cf. ALMEIDA, 2007.

⁷ A procedência dos atendidos, com pequena participação de jovens moradores do Parque União e de outras localidades, deve-se ao fato destas serem controladas por facções diferentes das que dominam o tráfico em Nova Holanda e no Parque Maré. Este fator, de acordo com as coordenadoras do projeto, interfere na circulação dos moradores pelas favelas e no seu acesso às atividades da instituição.

- Educação – Aulas de reforço escolar e encaminhamento, caso o jovem atendido não tenha acesso à educação formal. Existem ainda as aulas de cidadania que são obrigatórias.
- Cidadania – Compreende ações de assistência social, como auxílio material, visitas domiciliares para apurar as condições de vida do jovem atendido e encaminhamento para outros serviços, como apoio psicológico.
- Esporte – Aulas de boxe, capoeira e karatê. Vale ressaltar que os atendidos pela ONG não podem apenas praticar esporte na instituição.
- Liderança Juvenil – Promoção de atividades que estimulem o “protagonismo juvenil⁸”. Dentre os integrantes do projeto, alguns são eleitos pelos próprios para comporem um conselho que participa das deliberações acerca da gestão do “Luta pela Paz”.
- Trabalho – Oficinas de qualificação profissional, como inglês e informática; informações sobre onde procurar emprego, aulas de como se portar em entrevistas de trabalho e sobre elaboração de currículo.

O “Luta pela Paz” atende a aproximadamente a quinhentas pessoas entre jovens e crianças por ano⁹, e atualmente busca articulações com outras iniciativas locais para ampliar o alcance de suas atividades. Ainda como integrante do Viva Rio o então projeto “Luta pela Paz” promoveu a publicação de dois livros sobre a violência em decorrência do tráfico de drogas e a participação de crianças nessa rede: *Crianças no Tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro* (RJ: 7 letras, 2003) e *Nem guerra nem Paz* (7 letras, 2005).

Crianças do Tráfico consiste numa pesquisa realizada em três favelas do Rio de Janeiro entre dezembro de 2001 e junho de 2002, que apresenta entre os seus propósitos a redefinição de conceitos elaborados para definir práticas e atores ligados ao tráfico de drogas, bem como os efeitos desse comércio na sociedade.

⁸ O “protagonismo juvenil” foi definido pelas coordenadoras do projetos como uma base para a criação de lideranças comunitárias no âmbito local.

⁹ Luta pela paz. Disponível em <http://www.fightforpeace.net/projects_link_pt.php?proj=5> . Acesso em: 20 jul. 2009.

Essas redefinições serviriam para auxiliar na elaboração de propostas para a diminuição do envolvimento de crianças com narcotráfico.

O livro contém informações sobre o histórico do narcotráfico no Rio de Janeiro, a estrutura do comércio de drogas no estado, além de dados estatísticos sobre o envolvimento de crianças e adolescentes com o narcotráfico. Além disso, a publicação traz considerações a respeito da percepção dos moradores de favelas sobre o que Luke Dowdney chamou de “violência armada organizada”. Esta foi a expressão encontrada para tentar abranger a especificidade do crime ligado ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro sem aderir à “metáfora da guerra”¹⁰.

Assimilar os efeitos da violência armada relacionada ao narcotráfico do Rio como uma guerra seria, de acordo com o autor, uma associação problemática. Essa perspectiva poderia influenciar negativamente as políticas de segurança pública, podendo respaldar ações violentas por parte dos agentes das instituições governamentais de segurança.

Nem guerra, nem paz apresenta resultados de uma pesquisa realizada em dez países selecionados nos continentes americano, africano e europeu. O estudo realizado entre setembro de 2003 a agosto de 2004 mostra maneiras de inserção de crianças e jovens envolvidos na violência armada em cada localidade. O trabalho utiliza a categoria “crianças e jovens na violência armada organizada (COAV - Children and youth in Organised Armed Violence) para se referir ao grupo estudado e destaca a importância de considerar esse fenômeno na formulação de políticas destinadas às crianças. Foi criado ainda um site sobre essa categoria, o <http://www.coav.org.br/>¹¹. Nele é possível encontrar, dentre outras informações, notícias nacionais e internacionais sobre crianças participantes da violência armada e dados estatísticos sobre o assunto.

¹⁰ Essa foi uma construção do problema da violência ligada ao tráfico de drogas que ganhou espaço no Rio de Janeiro a partir da década de 90, quando sucessivos episódios violentos ganharam visibilidade junto à opinião pública com o auxílio da mídia. A metáfora da guerra também se une a construção da imagem do Rio de Janeiro como uma “cidade partida” (VENTURA, 1994). Neste período as classes mais abastadas acionaram cada vez mais estratégias de segurança privada. Estas compreendiam mecanismos de segregação e auto-segregação para que os estratos privilegiados se sentissem protegidos, não somente da violência propriamente dita, mas também daqueles que passaram a representá-la no senso comum e nos meios de comunicação – a população estigmatizada em decorrência de sua associação ao crime violento. (LEITE, 2001)

¹¹ Acesso em: 08 ago. 2009.

Por tudo isso o “Luta pela Paz” pareceu-me uma boa entrada para realizar minha pesquisa na Maré já que eu não dispunha de outro acesso aos jovens em proximidade com o tráfico e também não tinha tempo hábil para construí-lo.

Como forma de ingressar neste campo a realização de grupos focais com os jovens atendidos pela instituição constituiu uma ferramenta metodológica adequada à proposta deste trabalho. A contribuição desta técnica reside na possibilidade de evidenciar, e assim permitir a sua análise, os “confrontos de posturas, a argumentação, a réplica, ou o reforço, de enorme riqueza para a interpretação de diversas realidades vividas e sentidas pelos atores” (Abramovay, 1997: 22.)

Optei por realizar os grupos focais com jovens participantes das aulas de cidadania do turno da manhã. Como era uma demanda externa e como ainda não me conheciam, considerei que a realização dos grupos focais em horário alternativo contaria com pouca adesão dos jovens. Pude contar assim com uma média de 14 jovens por sessão

A pesquisa empírica foi realizada entre os meses de abril e maio de 2009 e se desenvolveu em torno das seguintes atividades:

1. Conversa com Leriana e Juliana. As coordenadoras falaram a respeito do surgimento do “Luta pela Paz” e das atividades que desenvolve. A instituição originalmente situava-se no Parque União e se mudou para a Nova Holanda em busca de instalações mais amplas. As coordenadoras disponibilizaram informações sobre o perfil dos atendidos e a grade horária de atividades.
2. Contato com Mirian Gonzaga – A coordenadora do turno da tarde auxiliou nos ajustes a respeito das datas e horários de realização das entrevistas. Acompanhou a primeira e a penúltima entrevista. Carol, a professora da aula de Cidadania, acompanhou quatro dos cinco grupos focais realizados com os jovens. Participou ativamente das atividades, o que em alguns casos pode ter limitado os depoimentos recolhidos.

3. Grupos focais

Em abril:

- Debate “Como é a vida na Maré?”
- Continuação do debate / políticas públicas

Em maio:

- Interpretação de imagens
- Exibição de *Falcão: Meninos do Tráfico*.
- Exibição de *Falcão*/ Debate.

O primeiro grupo focal, realizado em abril, desenvolveu-se basicamente como espaço para apresentação dos jovens, e de suas rotinas em seus locais de moradia. Neste primeiro encontro, foi possível obter alguns dados sobre o perfil dos entrevistados (idade, escolaridade, se possuem filhos e se desenvolvem alguma atividade remunerada, etc). Em seguida, os jovens foram estimulados a falar o mais livremente possível sobre seus locais de moradia, as redes de sociabilidade juvenis e familiares, violência e tráfico de drogas. Eis as perguntas que serviram de estímulo para a discussão:

1. Apresentação (nome, idade, onde mora, vida familiar, ocupação, como entrou em contato com o “Luta Pela Paz”, descrição da rotina).
2. Cotidiano (como é a vida na Maré para vocês?)
3. Amizades (dentro e fora do “Luta Pela Paz”)
4. Estilo de vida juvenil (a que têm acesso como lazer).
5. Que atividades fazem na organização “Luta Pela Paz”?
6. Formas de acesso e de circulação na cidade (descrição) e por meio de quais atividades?

7. Coisas boas e ruins do cotidiano.
8. Morariam em outro lugar? Qual e por quê?
9. Em qual lugar da cidade do Rio de Janeiro não morariam e por quê?

Neste primeiro encontro, mesmo com tempo reduzido (uma hora e meia no máximo), os jovens se expressaram de forma até mais espontânea do que eu esperava. Dediquei parte da atividade para explicar minhas intenções na pesquisa, mas preferi não revelar ainda o debate com o projeto *Falcão* para não limitar os depoimentos.

A faixa etária constatada entre os entrevistados da pesquisa foi de 14 a 21 anos. Neste dia compareceram dezesseis jovens, cinco do sexo feminino e onze do masculino. Os motivos levantados pelos jovens para participarem do “Luta pela Paz” foram a preocupação com a saúde e com a forma física, o interesse pelo boxe ou por esporte de um modo geral. Um dos entrevistados buscava um local para treinamento, pois participaria de uma competição neste ano e uma das jovens expôs sua preocupação com a defesa pessoal (principalmente no âmbito doméstico).

O segundo grupo focal foi realizado com a presença de treze jovens (cinco do sexo feminino e oito do masculino). Entre os integrantes quatro haviam participado do primeiro (dois meninos e duas meninas), mas também havia novos integrantes, pois não me era possível limitar os participantes da atividade, já que a aula de cidadania era obrigatória no “Luta pela Paz”. Talvez por isto, a continuação do debate em torno do roteiro para o grupo focal não foi tão produtiva. Os entrevistados se sentiram inibidos e para quebrar o silêncio transformei a atividade numa discussão sobre o acesso que eles teriam às políticas públicas. Iniciei pelo tema da educação, passei pela saúde, pela cultura. A partir daí, alguns se manifestaram. Deste debate, introduzi o tema da violência. Os que já falavam das outras políticas se pronunciaram também sobre este tema. Neste momento, alguns dos temas levantados na sessão anterior como a violência e a corrupção policial retornaram à mesa. Contudo as declarações diminuíram e apenas duas jovens continuaram o debate. As poucas declarações foram contundentes em termos de crítica da ação do poder público na condução das políticas públicas, inclusive da política de segurança pública.

No terceiro grupo, apresentei por meio de projeção em *slides* imagens que retratassem temas presentes em suas falas e temas relacionados ao passado do local onde eles vivem. Foram projetadas treze imagens obtidas através de notícias de jornais, de filmes, de sites de ONGs e movimentos que atuam em favelas. Os jovens mostraram-se então muito participativos e falaram sem embaraços sobre as imagens.

Os últimos encontros foram destinados à exibição e discussão do documentário *Falcão: Meninos do Tráfico*. Nestas ocasiões, coloquei as seguintes questões para debate:

- 1.Qual (is) o (s) temas identificados neste documentário?
- 2.Como vocês vêem esses temas? Há diferenças com o que vocês vivenciam na Maré?
- 3.Quais as falas mais marcantes em sua opinião?
- 4.Como acontece a entrada de um jovem para o tráfico? Há diferença entre meninos e meninas?
- 5.Como é a relação do tráfico com a “comunidade”?
- 6.Comentário sobre a situação das mães dos “meninos”.
- 7.Comentários sobre a brincadeira “boquinha”

1. A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E JUVENTUDE NO CENÁRIO URBANO

1.1 Do problema da cidade ao “problema da favela”: debates sobre a pobreza urbana

Ao discorrer sobre os estudos sobre a população urbana e pobre, Zaluar (1985) afirma que este é um campo desafiador, pois se trata do estudo da maior parte da população residente em cidades. A autora identifica abordagens distintas sobre este assunto em sua obra *A máquina e a revolta*, onde analisa as diferentes formas de tratar a questão da pobreza urbana brasileira nas ciências sociais em relação a cada contexto sócio-econômico vivenciado pelo país.

Zaluar observa que, a partir da década de 50, o processo de urbanização no país foi acelerado. O crescimento populacional das regiões metropolitanas se deu no mesmo ritmo e sem que grande parte dessa população urbana desfrutasse de acesso a direitos essenciais. Este quadro foi agravado pelos problemas políticos e econômicos trazidos pelo período da ditadura militar, onde o desenvolvimento econômico do país não contribuiu para a realização de políticas que propiciassem a universalização do acesso a direitos como educação, saúde, moradia, trabalho e segurança. Na década de 80, a democratização vem acompanhada de uma crise econômica devastadora. Todo este quadro acentuou as desigualdades sociais e econômicas no país.

A baixa remuneração dos trabalhadores e a atuação falha da assistência social por parte do Estado favoreceram o aumento da pobreza ao longo dos anos. Desde os anos 60 parte da população pobre foi relacionada às categorias de trabalhador marginal ou massa marginal. Essas classificações foram criticadas por sugerirem a desintegração social desses trabalhadores.

Nas teorias examinadas, Zaluar (1985) critica a concepção de pobreza com que algumas teorias operavam. As teorias relacionadas à idéia de cultura da pobreza contemplavam as pessoas pobres apenas através da carência de recursos materiais, lhes atribuindo determinados valores e buscando evidências de um comportamento inerente ao proletariado empobrecido. Teorias de cunho generalizador foram formuladas apresentando “a massa dos trabalhadores urbanos”

como “manipulada, passiva, desintegrada, imediatista, primitiva, pré-política” (ZALUAR, 1985, p.39).

A “cultura da pobreza” afirma a existência de um tipo de cultura entre os pobres incapaz de incluir em sua dimensão simbólica o interesse pela política e outros comportamentos da sociedade abrangente, como a inclusão nas instituições mais amplas da sociedade. Essa perspectiva contém ainda como um de seus conceitos a “desorganização social”, que é definida por elementos como formas familiares consideradas desagregadas (em muitos casos através da ausência paterna). Esta teoria assume um modelo de família específico como referencial para avaliar famílias de diferentes culturas. Essas hipóteses, além de generalizadoras, deslocam o problema da pobreza de sua relação com a distribuição desigual de acesso às políticas públicas.

As críticas direcionadas à cultura da pobreza cobravam dos autores que mobilizavam essa noção a percepção das peculiaridades dos pobres de diferentes países. Zaluar (1985) critica as abordagens de estudiosos brasileiros sobre as relações entre classes sociais distintas que, em sua avaliação, se ocupam em demasia dos aspectos considerados como constituintes dos padrões de sociabilidade brasileiros, como o paternalismo, o personalismo e o individualismo. Essa postura subtrairia dessas análises a percepção de conflitos e das possibilidades de relacionamento entre essas classes para além desses conceitos.

Ainda na linha de contestação à cultura da pobreza, estudos da década de 70, como o de Janice Perlman (1977), criticam os rótulos atribuídos a população pobre e a considera como integrada à sociedade. Sobre esta contribuição, Zaluar (1985) assinala que, se por um lado, buscava amenizar as diferenças entre classes, o resultado obtido foi a criação de outro mito, que mais uma vez atribuía valores aos pobres, em detrimento de uma análise mais detalhada das práticas sociais desse grupo. Prejudicava-se assim a percepção de diferenças no interior do segmento.

Zaluar (1985) considera importante observar os mecanismos institucionais que conduzem as relações numa mesma classe, desta com outras classes e com o Estado nos estudos da pobreza, aspectos que do seu ponto de vista foram pouco abordados nos primeiros estudos brasileiros que versaram sobre a pobreza.

No que concerne à participação política das classes populares, Zaluar ressalta que os estudos da pobreza tinham no clientelismo urbano, uma questão central. A autora expõe os argumentos mais evidentes nesta discussão através das obras de Diniz (1982) e de Weffort (1965, 1965b).

Diniz (1982) argumenta que os valores tradicionais que sustentavam o coronelismo persistem no país assumindo a forma de clientelismo urbano, pois

Num caso como no outro, essa relação diádica, de caráter pessoal e baseada na reciprocidade, gera a lealdade e a dependência no meio urbano tal como expressos na relação patrão-cliente, existentes tanto no campo como na cidade (ZALUAR, 1985, p. 48).

Weffort (1965, 1965b, 1966) por sua vez, não concorda com a idéia de ligação entre os dois eventos. O autor sustenta que o populismo representa um rompimento em relação ao coronelismo em virtude do poder político do chefe não depender da coerção política e econômica dos eleitores. No entanto, Weffort concorda que elementos como a confiança e a lealdade estariam presentes nessas relações.

Com base nesta discussão, Zaluar (1985) observa ser necessário que se apreenda o sentido que pessoas pobres atribuem às diferentes partes do sistema político, o que não teria sido ressaltado nesses estudos e seria de suma importância para os mesmos. Quando este aspecto não é levado em consideração, sustenta a autora, a heterogeneidade da população pobre é negligenciada. Assim sendo, mesmo oferecendo avanços aos estudos sobre pobreza essas abordagens ainda davam espaço à homogeneização dos pobres.

Telles (2006) ressalta que o debate travado na década de 80 colocava a cidade como um espaço de conflito social. Este seria um novo conflito de classes, forjado pela acumulação monopolista, pelas ações do Estado e pela urbanização, onde o espaço urbano era o cenário das relações entre trabalho e capital.

Os fatores que antecederam essa nova forma de conflito foram, de acordo com a autora: a repressão das vozes das classes populares pela ditadura militar, o aumento dos trabalhadores pobres e das periferias e os debates acadêmicos e políticos sobre os processos de periferização urbana.

Para Telles, as diretrizes conceituais e os focos de análise dos estudos acadêmicos sobre o espaço urbano, nas décadas de 70 e 80, eram formados por pares como: *produção e consumo, trabalho e reprodução social, exploração e espoliação urbana, classes e conflito social, dominação e política, contradições urbanas e Estado* (2006, p. 37). Esses estudos se relacionavam com as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do país nos anos 70 e 80 e analisavam os fatores apontados com diferentes olhares e teorias. Telles (2006) comenta que mesmo as contribuições polêmicas dessa época foram produtivas para pensar inclusive a caracterização dos movimentos sociais. A riqueza desses trabalhos teria a própria conjuntura social, política e econômica do Brasil como um incentivo, pois a ditadura militar de certo modo incitou movimentos críticos e foi considerada como um momento para reinterpretar o país e buscar novos rumos para o mesmo.

Nesse contexto, obras como a de Francisco de Oliveira versavam sobre o processo desorganizado de urbanização, o crescimento da pobreza e o trabalho informal. A *espoliação urbana*, para Lúcio Kowarick (1979), era outra forma de ilustrar os problemas da cidade e sua relação com as relações de trabalho impostas pelo capitalismo moderno. Nesses debates as questões discutidas no país passavam pela discussão do urbano e da cidade. Telles afirma que as discussões travadas nessas ocasiões podem ser consideradas consistentes. Contudo a autora não identifica esse teor de consistência nas análises recentes e acredita que a formação e a consolidação do *Estado de exceção* (OLIVEIRA, 2003) corroborou para que a própria formulação do problema seja mais complexa. Em meio ao turbilhão de transformações do presente, que vulnerabiliza os parâmetros de análise, ficaria cada vez mais difícil planejar o porvir e compreender a atualidade.

(...) É como se vivêssemos um presente inteiramente capturado pelas urgências do momento, e não nos restasse muito mais que a sua gestão cotidiana, sem conseguir figurar e nomear as expectativas e esperanças que lançam as linhas de fuga de futuros possíveis. Hoje a cidade parece armar o palco de algo como uma cacofonia, que, em certo sentido, também traduz no plano do pensamento ou da inteligência crítica o esfacelamento das referências cognitivas e normativas que permitiam pautar o debate e suas polêmicas internas (TELLES, 2006, p. 43-44).

O “problema urbano” seria ocasionado pela modernização seletiva que faz com que ambientes extremamente distintos em termos de padrões de desenvolvimento coexistam na mesma metrópole. Além disso, a cidade como um

todo é submetida às diversas formas de ilegalidade cotidianamente, dentre as quais cabe ressaltar o tráfico de drogas e o aumento da criminalidade violenta. Esses fatores alteram sobremaneira a sociabilidade desses locais.

Somam-se a esta conjuntura as mudanças recorrentes nas relações de trabalho provocadas pelas flexibilizações das leis trabalhistas nos últimos anos. Estas contribuem para que a cobrança do cumprimento da Consolidação das Leis Trabalhistas seja menos rigorosa, diminuindo as ofertas de emprego estáveis, e a garantia dos direitos dos trabalhadores formais. Ademais essas medidas prejudicaram as condições de organização e representação dos trabalhadores.

Deste modo, as condições do mercado de trabalho constituem mais uma fonte de insegurança para os trabalhadores e suas famílias. O mundo do trabalho é então atravessado pela informalidade e pela carência de garantias. Faz-se necessário lembrar ainda a hipertrofia no setor terciário, o que também desestrutura as relações de produção. Todas essas transformações no mundo do trabalho geram mudanças nas possibilidades de acesso à moradia, formando assim uma arquitetura própria da cidade permeada por trabalhadores inseguros em relação às suas vidas.

Durante a construção dos territórios urbanos desenvolvem-se também os padrões de consumo vigentes no mundo globalizado. Esses dão lugar à multiplicação de locais que incentivam o aumento e a continuidade do consumo como *shoppings* e supermercados. Esses equipamentos redefinem o espaço urbano e os valores no mercado imobiliário. As formas de sociabilidade oriundas dessas transformações inauguram formas de construção de identidades e de associativismo popular como ONGs, associações de moradores e um conjunto próprio de práticas realizadas por partidos políticos nesses locais e outras organizações. Para Telles (2006) são dessas transformações que os novos estudos devem dar conta.

A autora observa ainda que é necessário formular novos parâmetros descritivos para analisar as transformações ocorridas no cenário urbano. As categorias “pobres” e excluídos não seriam mais suficientes para abranger a complexidade dos problemas atuais. Telles cogita a extensão de uma zona incerta na cidade, que atravessa as práticas sociais citadinas, onde não se diferencia o lícito

do ilícito e o público do privado. Mais do que formular teorias os estudos destinados a essa problemática deveriam então se ocupar da formulação de novos problemas.

Valladares (2005) analisa os efeitos da pobreza urbana sobre a configuração do território, e as práticas sociais resultantes dessas transformações no Rio de Janeiro. A autora destaca que essa discussão iniciou-se pondo em questão os cortiços e se deu em campos como a literatura, a engenharia, a medicina e o direito. Dentre os moradores dessa forma de habitação estariam, de acordo com as representações vigentes na ocasião, trabalhadores, malandros e vagabundos compondo o que fora considerado como “classes perigosas”. No final do século XIX, o poder público teria impedido a expansão dos cortiços e destruído muitos dos que existiam no centro da cidade. A remoção dos cortiços foi considerada por autores como Rocha (1986), Carvalho(1986) e Benchimol (1990) como um dos antecedentes para a expansão das favelas cariocas. Assim, no final do século XIX os cortiços e as primeiras favelas teriam coexistido enquanto formas de moradias populares.

Com a questão do cortiço minimamente controlada, as atenções dos intelectuais e escritores voltaram-se para a expansão das favelas sob uma forte influência do discurso higienista (também utilizado na representação dos cortiços). Os moradores dessas habitações consideradas insalubres deveriam ser removidos da região central da cidade do Rio de Janeiro. A campanha sanitarista, realizada no governo de Pereira Passos e dirigida por Oswaldo Cruz, teria sido uma ação do poder público sustentada por este argumento. O termo “favela” transformou-se numa forma de denominar as demais localidades em condições equivalentes ao Morro da *Favella*. Outro termo utilizado para designar essas localidades foi “morro”. A associação estaria relacionada à ocupação crescente das regiões mais elevadas pelas moradias de pessoas pobres. Valladares (2005) aponta a relação estabelecida no início do século XX entre o Morro da Providência e o povoado de Canudos. Esta associação teria sido alimentada por fatores como a ampla divulgação do livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha (1902) e pela relação direta com a Guerra de Canudos, da qual muitos habitantes do Morro da Favella participaram. O morro simbolizava então o isolamento da cidade e um modo de vida peculiar, tal como em Canudos.

Valladares (2005) ressalta ainda que as condições de vida experimentadas nessas localidades eram consideradas de inteira responsabilidade das populações faveladas. Esta visão foi reforçada pela imputação de transgressões morais a esses grupos. Médicos, engenheiros e jornalistas debruçaram-se sobre o tema nas primeiras décadas do século XX. As idéias mais difundidas em relação à favela tiveram como base parâmetros higienistas e estéticos.

Nos anos seguintes a favela passou a ser reconhecida como um “problema a ser controlado”. A partir da década de 30, o intervencionismo do Governo de Vargas ainda era orientado pela associação das moradias carentes à proliferação de doenças na cidade. Os primeiros trabalhos mais detalhados sobre as condições sócio-econômicas das favelas datam da década de 40, assim como os parques proletários, uma das primeiras intervenções estatais na promoção de política de habitação para a população pobre. No entanto, o combate às favelas não passaria apenas por questões materiais, mas – como sustenta Valladares (2005) - tinha a finalidade de disciplinar os moradores dos parques, além de servir como instrumento do populismo.

Nas décadas de 50 e 60, estudos demográficos buscavam explicações para a forma desorganizada de urbanização que se expandia não somente no Brasil, mas na América Latina. Economistas e geógrafos agregaram às análises do problema urbano aspectos como migrações, fluxos migratórios e transformações na economia. Contudo essas proposições coexistiam com outras que, como já mencionado, criminalizavam a pobreza. Assim, de acordo com Valladares (2005), consolidava-se o “problema da favela” em meio à teoria da marginalidade e da “cultura da pobreza” que eram usadas como bases ideológicas da política de remoção das favelas.

Esse período também foi marcado pelas manifestações de mobilização e organização popular entre moradores de favelas. Valladares (2005) e Machado da Silva (2002) destacam a atuação das uniões dos trabalhadores favelados, primeiras formas de organização comunitária nas favelas, ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, as quais se seguiram as associações de moradores. Outro movimento referido pelos autores foi a FAFEG - Federação das Associações de Moradores do Estado da Guanabara, a partir da década de 40. Essas organizações protestavam contra as remoções e reivindicavam melhores condições de moradia. As atribuições

negativas sobre as favelas passaram a dividir espaço com colocações positivas – as favelas eram vistas também como sinal da capacidade de resistência às privações através de soluções alternativas. Abria-se espaço para a percepção da favela como solução para aqueles que não tiveram acesso à moradia, posição que era defendida pelos moradores dessas localidades.

Machado da Silva (2002) percebe a dificuldade de regularização fundiária como um fator basilar do “problema da favela”. Esta dificuldade distancia os moradores de favelas do acesso à cidade, condição para o acesso às políticas públicas e o desenvolvimento dos movimentos sociais que representam esses grupos. A chamada “questão habitacional” nas cidades brasileiras fundamentou a criação desses movimentos e a identidade do “favelado”, categoria definida não somente em termos das condições sócio-econômicas, mas principalmente pela forma de apropriação da cidade que esse grupo praticava, considerada como ilegal pelos critérios jurídicos e institucionais vigentes.

Nos anos da ditadura militar, as prisões dos líderes comunitários e as remoções violentas anunciavam a ruptura do “controle negociado”¹², caracterizado pela promoção de algumas medidas de integração social, como programas de urbanização. Entretanto eram medidas estratégicas, insuficientes para atender às necessidades da população favelada.

Com o arrefecimento das remoções violentas diante da redemocratização e da escassez de recursos para prosseguir com as mesmas, este “padrão de integração social fragmentado” (Machado da Silva, 2002: 231) ainda se estendeu até a década de 90, quando o programa Favela-Bairro (o maior programa de urbanização implementado no estado até este período) obteve aceitação de variados setores da sociedade. Contudo, sua realização provocou muitas dissensões entre os movimentos de moradores de favelas, sobretudo pela forma de selecionar as favelas a serem atendidas por essa intervenção estatal, pelas conseqüências

¹² O controle negociado é definido por Machado da Silva (2002, p. 229) como a promoção da integração parcial dos moradores de favelas às deliberações em torno das políticas de habitação destinada a eles. O autor assinala que este relacionamento estimulou a implantação de programas de urbanização limitados, pois as reivindicações das populações faveladas ainda eram desfavorecidas significativamente em virtude dos esforços estatais de interferir na mobilização popular usando artifícios como a agregação de lideranças comunitárias a seu quadro de funcionários. Deste modo a favela era subalternamente integrada à cidade.

desta seleção e pelo manejo de recursos que tal ação demandava. Portanto, mais uma vez a cidadania controlada era imposta aos moradores de favelas, a discórdia entre os mesmos beneficiava sua manipulação política. O acesso às ações do poder público por esses grupos se reduziu às ações de órgãos administrativos específicos que não discutem suas escolhas com os habitantes dessas localidades.

Nessas condições os favelados mobilizados não deixam de ser uma força social em cena pública, mas sua capacidade de transformação da conjuntura é muito limitada e, uma vez mais, eles não fazem mais que se adaptar a ela (SILVA, 2002, p. 233).

Na discussão do desenvolvimento da criminalidade nos espaços de pobreza Leeds (1998) destaca que no Brasil e nos demais países da América Latina, os processos de transições políticas e econômicas ocasionaram grandes danos como a desmobilização social e crises na economia, agravando a situação de pobreza nessa região. Este seria o cenário onde outros fatores se relacionariam e ajudariam na formação de um poder paralelo, que desafiaria o Estado.

Para a autora, a comercialização da cocaína no Brasil, a partir da década de 80 e o aumento do consumo de maconha na década de 60 contribuíram para a intensificação do tráfico de drogas. O surgimento de facções criminosas teria suas origens no período da ditadura militar, quando o governo classificou como ameaças à segurança nacional tanto os presos comuns como os presos políticos. A junção desses presos viabilizou sua organização e deu início ao grupo denominado Falange Vermelha, posteriormente conhecida como Comando Vermelho. O surgimento da relação entre os comércios ilegais de drogas e de armas foi fundamental para manter o poder do tráfico dentro nas favelas. O uso das armas de fogo fez com que a violência passasse a ser utilizada para a imposição da vontade do “chefe” do tráfico sobre os moradores da localidade.

Crime violento e violência urbana constituem para Machado da Silva (2002) formas de representações coletivas. Seriam nomenclaturas atribuídas a um determinado conjunto de condutas violentas que desequilibram a sensação de segurança no cotidiano das regiões onde esses episódios ocorrem, com o intuito de lhes atribuir sentido e, a partir deste, engendrar ações. Para o autor referir-se à violência urbana como um caso particular da violência em geral consiste numa forma equivocada de analisar o tema. Tal abordagem descaracterizaria a violência urbana

como objeto e a converteria num conceito, o que pode fazer com que peculiaridades do fenômeno sejam ignoradas.

Machado da Silva discute os efeitos sociais do aumento qualitativo e quantitativo da violência nas regiões urbanas. Discordando de autores como Leeds (1998), o autor destaca que haveria uma transformação na qualidade das relações, denominada pelo mesmo de “sociabilidade violenta”. As relações sociais orientadas por este paradigma têm no autor da violência alguém que a executa como um fim em si mesmo e que desconsidera o outro como indivíduo.

A violência urbana seria, de acordo com Machado da Silva (2004), a expressão de uma nova ordem social, pois o conjunto de episódios violentos percebidos nessa conjuntura deixam de ser fortuitos e nem por isso são admitidos na ordem institucional legal como fatores não problemáticos. Ao contrário, é uma ordem que coexiste com os padrões convencionais de sociabilidade fragmentando o cotidiano das populações urbanas.

Neste sentido, os modelos de conduta a que se refere essa representação procuram lidar com o medo e a percepção de risco pessoal e expressam, implicitamente, uma participação subordinada no complexo de práticas que constituem a violência urbana. (...) Construir a representação da violência urbana apenas lhe permite uma adesão orgânica que, em última instância, valida essa ordem social e, ao mesmo tempo, reorganiza a vivência e permite a compreensão de uma rotina cotidiana fragmentada (SILVA, 2004, p. 299)

O autor contesta o que denomina perspectiva dominante (ou erudita), ou seja, a visão amplamente difundida em trabalhos de cientistas sociais, cientistas políticos e na percepção de gestores. O tema da violência urbana tem sido cada vez mais discutido a partir da expansão da cidadania, democratização e administração da justiça. Contudo, mesmo diante de tais avanços é possível notar entraves à apreensão das peculiaridades do problema, tais como a análise corrente dos atos ilícitos tidos como violentos a partir das regras infringidas e não pelo sentido que os infratores atribuem às suas condutas. A explicação para estas condutas se reduz ao “baixo custo de oportunidade”, o que constituiria um equívoco dadas as evidências de que as pessoas envolvidas com o crime violento são submetidas a inúmeros riscos. Outra limitação apontada seria a consideração das referências

normativas condizentes com o que a maioria da população entende por “ordem pública” como valores compartilhados pelas pessoas que praticam atos ilícitos - avaliação considerada etnocêntrica pelo autor e que também levaria à crença na teoria do baixo custo de oportunidade.

Ao classificar essas condutas de acordo com o paradigma do desvio a “perspectiva dominante” orienta ações que não contemplam o objeto a ser compreendido e solucionado. De acordo com Machado da Silva a “perspectiva dominante” não pode ser entendida como uma explicação causal da violência urbana, mas sua contribuição consiste na discussão que a abordagem estimula sobre a crise de legitimidade e institucional que o Estado brasileiro vivencia. Diante da crise econômica sofrida pelo país nos anos 70 os moldes de integração social implementados na década de 30 não conseguiram mais obter a pacificação aparente mediante ao enfraquecimento do controle social do Estado, evidenciado pela perda do monopólio da força física do mesmo.

Para o estudioso o desafio imposto pela questão da violência urbana é explorar esta nova ordem social. As classificações atribuídas freqüentemente às organizações criminosas como, por exemplo, “banditismo pré-moderno”, “ganges juvenis”, “exército” e “máfia” não seriam adequadas, pois estas formas seriam dotadas de princípios que favorecem a aceitação da idéia de pacificação entre iguais. Essas categorizações inviabilizariam o entendimento do uso da força como reguladora das relações entre os componentes desses grupos e entre os demais atores que integram a representação de violência urbana.

Por fim, Machado da Silva se reporta às condições impostas aos moradores das regiões desfavorecidas pelos agentes dominantes da violência urbana. Na condição de submetidos, resta a essas pessoas admitirem uma dupla inserção: na ordem legítima e na sociabilidade violenta. Para o autor, esta inserção se dá através de busca por autonomia e reconhecimento junto às organizações legítimas, mas também pela submissão provocada pelo terror imposto pela sociabilidade violenta, o que muitas vezes significa o retrocesso na busca pela cidadania.

1.2 Segregação, estigmatização e sociabilidade

O fenômeno da segregação tem sido observado em variados espaços urbanos e recebido nomes conforme a sua diversidade. Wacquant (2008) analisa as similaridades e diferenças entre os territórios segregados urbanos da França e nos Estados Unidos. De acordo com o autor, o termo gueto foi usado contemporaneamente para designar localidades pobres habitadas por negros nos Estados Unidos. Estas eram caracterizadas pela criminalidade, pauperismo e desintegração familiar. Entretanto, a utilização do termo passou por significativas transformações. Os primeiros registros sobre o uso do termo gueto para denominar territórios construídos pela discriminação, marcados por privações no que diz respeito ao acesso a direitos civis e segregados socialmente, remontam à Europa Medieval, no século XIII. Os judeus foram o primeiro grupo isolado deste modo na Europa.

Wacquant (2008) destaca a centralidade do racismo nesse estilo de ocupação da cidade, lembrando os quatro elementos que comporiam essa dinâmica na perspectiva de Michel Wiervioka: “preconceito, violência, segregação e discriminação” (WIERVIOKA, apud WACQUANT, 2008, p. 18). Com isso criam-se territórios com redes econômicas, sociais, políticas e bases culturais próprias, distintas das cidades das quais essas regiões fazem parte oficialmente.

Os guetos norte-americanos entraram em declínio econômico a partir da Segunda Guerra Mundial, quando uma parcela de negros, que alcançou progressos sócio-econômicos, deixou esses territórios. Este foi um dos fatores que teriam contribuído para o empobrecimento nos guetos, pois a ausência de pessoas bem sucedidas na localidade inviabilizaria o crescimento econômico. Além disso, o racismo expresso, dentre outras formas, pelo movimento de moradores brancos de abandonar os locais onde a população negra se expandia, seria o elemento gerador deste tipo de segregação. A exclusão social homogeneizou-se nesses espaços, onde também se notou altos índices de homicídios e encarceramento de jovens negros que, segundo Wacquant, viam no tráfico de drogas a única alternativa de renda que está sempre diante deles.

Para o autor, as políticas públicas norte-americanas, de um modo geral foram orientadas por diretrizes racistas, como por exemplo, as habitacionais e educacionais. No plano da assistência social, entre as décadas de 70 e 80, muitos recursos financeiros foram retirados das famílias pobres. A saúde pública, por sua vez, era incapaz de oferecer o atendimento essencial à população dos guetos.

A “política de abandono” não foi encontrada em proporções tão elevadas nas periferias francesas. Na França, segundo Wacquant (2008), o racismo não constitui um fator preponderante no tipo de segregação vivenciado no país, onde as *cités* populares abrigam pessoas de várias nacionalidades. Cogita-se que essa mesma diversidade, que também reside nas condições sociais distintas dos moradores das *cités*, condicione dissensões nesses locais. O autor interpreta as situações de violência coletiva como uma tentativa de buscar reconhecimento junto às autoridades e à sociedade, de resgatar a dignidade da qual os moradores das *cités* foram destituídos.

No que concerne à ação do Estado nos dois tipos de territórios pobres analisados, Wacquant (2008) observa que, nos Estados Unidos, durante décadas, o governo federal incentivou oficialmente práticas de segregação racial. Muito embora não tenha ocorrido o afastamento do Estado na gestão das periferias francesas, os governos não prestaram a assistência necessária a esses espaços, não investiram suficientemente na universalização do acesso a direitos essenciais. Apesar do contingente de pessoas atendidas pelos programas habitacionais (que se aproxima de 20% das famílias francesas), os problemas urbanos arrefeceram, mas não foram solucionados. Não obstante as diferenças entre estes espaços, os guetos e as *cités* guardam ainda algumas semelhanças.

(...) Existem, é evidente, fatores aparentes de convergência entre dois países. Despopulação, concentração de populações etnicamente marcadas ou imigrantes, fracasso escolar e desemprego acentuado em particular entre os jovens, relegação aos setores mais baixos e mais instáveis do mercado de trabalho e do sistema de formação, crescimento do número de famílias monoparentais, distorção da estrutura demográfica, estigmatização residencial abandono e delinquência (WACQUANT, 2008, p. 28).

Contudo, as circunstâncias históricas, a postura estatal frente a essas populações e as proporções dos elementos supracitados nos dois países restringiram as analogias nessas duas formas de segregação urbana. Wacquant

combate as associações que pretendem tornar *cités* e guetos sinônimos por considerá-las precipitadas e, portanto, prejudiciais à compreensão das peculiaridades de ambos os espaços, principalmente das *cités*. O estudioso sustenta que essas comparações têm sido freqüentemente utilizadas com fins lucrativos pelos meios de comunicação de massas e para manter a inércia de alguns representantes da classe política perante os problemas sociais ocorridos nessas cidades. Mas contesta o uso da palavra gueto para designar os variados espaços de pobreza urbana no mundo, neles incluindo as favelas cariocas.

Para Wacquant, a naturalização do termo gueto têm levado a confusões nas tentativas de compreensão das relações entre etnicidade e pobreza. Segundo o autor, na década de 90, nota-se a neutralização do conceito gueto. O termo passou a ser utilizado em pesquisa para a implementação de políticas públicas sem fazer menção às tensões sociais oriundas da discriminação racial. Essas apropriações do termo gueto possibilitam a compreensão do gueto como instrumento de controle da população residente nessas regiões empobrecidas pelo Estado.

Wacquant sustenta que o gueto é caracterizado por quatro elementos: o estigma, a coerção, o confinamento espacial e o encapsulamento institucional (2008:79). É um mecanismo de discriminação e exploração usado por uma classe dominante que define a configuração do espaço. Contudo, o autor defende que essa instituição tem duas faces por gerar uma relação de dependência entre opressores e oprimidos. Se, por um lado, a disposição dos negros em locais específicos facilita o controle desses grupos; de outro, isso também viabiliza a afinidade e a colaboração entre eles permitindo a criação de redes de solidariedade entre os negros e entre os judeus, por exemplo.

O autor enuncia ainda algumas das afirmações que considera prejudiciais na elaboração do conceito de gueto. Em primeiro lugar, a pobreza seria sim um elemento comum dos guetos, mas não seria constitutivo dos mesmos, o que pode ser ilustrado pelos exemplos do Harlem (considerado um local de oportunidades de progresso para os negros, no caso norte-americano). A pobreza também é determinada por fatores alheios às dinâmicas internas como as políticas públicas e o desempenho da economia nos arredores. Convém lembrar ainda distinção entre áreas pobres e guetos. Para marcar essa distinção, menciona os casos de bairros

brancos e pobres situados nos Estados Unidos e na Europa. Esses espaços não podem ser considerados guetos por não serem formados pela segregação racial, além de não serem mantidos isolados do restante da cidade. Do mesmo modo, as favelas brasileiras não poderiam ser classificadas como guetos. Assim sendo, o estudo dos guetos não pode ser confundido com o estudo dos demais territórios da pobreza.

A segregação, por sua vez, é um elemento fundamental na formação dos guetos, mas não é suficiente para defini-los, pois ela pode ser voluntária e não imposta, como nos guetos. Esse tipo de segregação é representado pelos enclaves fortificados, onde as famílias abastadas abrigam seu estilo de vida isolado dos aspectos da cidade que consideram ameaçadores.

A etnicidade também figura como um fator importante na composição dos guetos, mas também não o compõe sozinha. A integração de bairros étnicos à cidade revela que as situações de união entre imigrantes não os isolam do restante da cidade. Nos guetos ocorre justamente o oposto: seus moradores não conseguem a assimilação necessária para serem aceitos fora deles devido à segregação imposta.

Ao transportamos a discussão da segregação e de seus efeitos sociais para o solo brasileiro, vemos aspectos das formas de segregação voluntária descritos por Caldeira (2000). A autora coloca em questão o aumento dos “enclaves fortificados”, que classifica como a adesão a um sistema de proteção particular baseado na segregação voluntária complementada pelo acesso a equipamentos e espaços públicos e privados destinados apenas aos considerados iguais. A autora analisa esse fenômeno comparando a ocorrência deste fenômeno nas cidades de São Paulo e Los Angeles.

Como antecedente dos “enclaves fortificados” em São Paulo, Caldeira (2000) identifica o processo de segregação social intensificado no estado entre as décadas de 40 e 80, devido a processos como a especulação imobiliária, que afastou os mais pobres das regiões mais providas de equipamentos públicos. Ainda na década de 80, o estado se deparava com o aumento qualitativo e quantitativo da criminalidade violenta. Com isso, a “estética de segurança” se inscreve na arquitetura do estado e

principalmente nas propriedades privadas. Os “enclaves fortificados” são emblemáticos desta busca por proteção. A autora define estas edificações que se expandiram largamente na década de 90 como

propriedades privadas para uso coletivo; são fisicamente isolados, seja por muros, espaços vazios ou outros recursos arquitetônicos; estão voltados para dentro e não para a rua; são controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão (CALDEIRA, 2000, p. 159).

Destinados preferencialmente aos estratos médios e altos da sociedade, esses enclaves adquiriram o poder de conferir *status* aos seus habitantes por evidenciar as desigualdades sociais. A autora sustenta ainda que os estímulos publicitários para que se possa aderir a essas “ilhas de privilégios” colocam a segregação social como um valor e um benefício a ser desfrutado por seus clientes. Assim a cidade é percebida como o local da desordem e das misturas com pessoas de classes subalternas, consideradas inconvenientes, e muitos desses condomínios são construídos distante dos centros urbanos. Contudo para oferecer toda a variedade de serviços prometida, os condomínios dispõem de um grande número de empregados, em grande parte mal remunerados. Esses por sua vez costumam ser os alvos mais freqüentes dos múltiplos instrumentos de controle dessas áreas privativas, para garantir que apenas os contatos indispensáveis ocorram entre patrões e empregados.

No que concerne às formas de segregação involuntárias, Ribeiro (2000) analisa a divisão entre favelas e bairros no Rio de Janeiro. A intensificação da criminalidade violenta e do tráfico de drogas trouxe à tona associações das favelas aos guetos e outras que insinuavam o distanciamento social, mas nem sempre físico, entre favela e cidade.

Ribeiro e Lago (2001) procuram compreender as relações entre favela e cidade através de dados sócio-demográficos dos anos de 1991 (Censo) e 1996 (Contagem Populacional). O primeiro aspecto contemplado pela análise é a manutenção do índice de crescimento das favelas mais elevado do que o das demais regiões da cidade durante décadas. Mesmo após as políticas de remoção e a ocupação das periferias da cidade, as favelas não deixaram de crescer, pois as políticas que ofereciam chances de moradia próprias às classes trabalhadoras na

década de 70 foram suspensas e a política de remoção selecionava regiões de maior valor imobiliário.

No que diz respeito às características demográficas, Ribeiro e Lago (2001) ressaltaram que a população das favelas é de um modo geral mais jovem do que a população nas cidades. Além disso, a população branca está em maior concentração na cidade do que nas favelas. Os índices de escolaridade revelam que, nas favelas, a escolaridade é ainda menor do que nos bairros populares da cidade. Todas as diferenças citadas são seguidas pelas diferenças salariais entre moradores de favelas e das cidades. Quando conseguem um posto de trabalho os moradores de favelas recebem menos do que os moradores da cidade, mesmo que a função não exija escolaridade avançada.

Diante da análise demográfica e das diferenças identificadas entre oportunidades concedidas a moradores de bairros e de favelas, Ribeiro e Lago discutem a possibilidade da presença de um mecanismo de segregação capaz de transformar as favelas em guetos no Rio de Janeiro. Para avançar na discussão os autores expõem duas vertentes explicativas distintas. Na primeira delas, o distanciamento social seria resultado da discriminação sofrida por trabalhadores que moram em favelas, o que dificultaria o acesso ao trabalho e às melhores remunerações. A segunda vertente explica a favela pela segmentação no mercado de trabalho. Com remunerações incertas e insuficientes para acessar o mercado imobiliário formal, teria restado a esses trabalhadores ocupar as favelas mais próximas das oportunidades de trabalho.

Os autores destacaram ainda, a possibilidade de ocupação das favelas como expressão de mobilidade ascendente (no caso de mudança das favelas nos subúrbios para as da zonal sul), ou de mobilidade descendente (quando é preciso ir para alguma favela do subúrbio). Esses movimentos, no entanto, são parte do processo de isolamento social causado pelo crescimento das favelas.

Entretanto, este isolamento não é suficiente para associar as favelas aos guetos, pois

a *guetificação* se realiza quando ocorre a desapropriação simbólica dos moradores destes territórios da capacidade de controle da sua representação social nas formas coletivas de classificação das divisões da sociedade e, portanto, da sua identidade como grupo (RIBEIRO; LAGO, 2001, p. 44).

As faces distintas da segregação, discutidas acima através da literatura utilizada, nos mostram que, além de realçar diferenças e afastar grupos sociais, esses processos também construíram e constroem os espaços urbanos no mundo, seja pelo isolamento das elites, seja pela apartação das camadas desfavorecidas. Ou ainda resultam de uma sociabilidade movida pelo medo, racismo e da ausência ou presença insuficiente do Estado na garantia de direitos civis.

Wacquant (2008) trabalhou na caracterização dos guetos e na identificação de distinções que eles teriam em relação a territórios da pobreza existentes em outros locais além da Europa e dos Estados Unidos. Com esse posicionamento, o autor assinalou a importância de reconhecer as peculiaridades desses territórios ao invés de operar por generalizações.

Caldeira (2000), ao elaborar a categoria “enclaves fortificados” para designar a forma de vida experimentada em condomínios fechados de classe média e alta, alerta a respeito da construção, a partir desses locais, de dinâmicas segregatórias que legitimam práticas discriminatórias em relação aos estratos mais baixos da população. Estas ações seriam orientadas pela associação da pobreza urbana à violência e ao crime.

No caso brasileiro, ainda que não possamos tomar as favelas por guetos conforme Wacquant (2008) argumenta, podemos identificá-las como espaços segregados, como demonstrou Ribeiro(2000). Também Caldeira (2000) permite apreender dinâmicas e processos de segregação ao analisar sua contraface: a auto-segregação de camadas médias e abastadas em condomínios e fechados e outros espaços protegidos. Ação esta estimulada pela associação da pobreza urbana à violência e ao crime. De outro ângulo cabe destacar que os jovens moradores de favelas são considerados a parcela da população mais vulnerável aos riscos oferecidos pelos espaços segregados, e em muitas das narrativas sobre a violência urbana eles ocupam papéis centrais. Este é um dos aspectos que pretendo explorar em minha pesquisa de dissertação, indagando-lhes se e como se sentem segregados.

1.3 A percepção da juventude pobre como problema social

A preocupação em atribuir medidas a diferentes aspectos da vida humana trazida a nós pelo Estado moderno também estimulou a demarcação cada vez mais precisa de estágios para a vida humana. Deste modo, as classificações etárias são construídas, não apenas de acordo com características biológicas, mas também de acordo com valores sociais, formando grupos sociais, e trazendo consigo expectativas em relação aos integrantes dos mesmos (ALVIM ; PAIM, 2000).

Os processos de categorização constituem vínculos sociais responsáveis pela formação e transmissão de valores compartilhados de acordo com cada contexto sócio-histórico. Além de organizar as sociedades em grupos, as categorizações estabelecem hierarquias entre eles de acordo com critérios subjetivos (ISNARD, 2000, p. 83). No que diz respeito às faixas de idade, a “juventude” constitui uma das categorias mais visadas socialmente por ser considerada uma fase de transição em que são evidenciados (através de cobranças, repreensões e estímulos), os comportamentos aceitáveis e inapropriados tanto para a fase infantil como para a fase adulta, o ponto de partida e o destino dessa passagem.

Paim e Alvim (2000) sustentam que o aumento do interesse pela juventude por parte da sociedade data do início do século XX, quando se desenvolvem na Europa os primeiros estudos sobre esta faixa etária. Neste período, também são agregados à representação sobre esta fase os atributos que fariam dos jovens os símbolos da “alegria de viver” e, assim sendo, também aptos a estimular ou criar o desejo de consumir.

Mesmo sob tantos olhares, as diferenciações que ocorrem no interior desse agrupamento formado socialmente nem sempre são consideradas pelo senso comum, pelos meios de comunicação ou mesmo no âmbito dos estudos sociológicos. De acordo com Paim e Alvim (2000) quando consideramos a juventude um processo e não somente como uma forma de categorização humana somos capazes de

(...)substituir a imagem esquemática do jovem por outras, por exemplo, a dos grupos: o grupo dos jovens burgueses, dos jovens operários, dos jovens estudantes, dos jovens trabalhadores, das galeras, dos jovens das torcidas de futebol, ou ainda jovens suburbanos, que se tornam mais ou menos visíveis

conforme o contexto social, econômico e político em que estão inseridos (PAIM ; ALVIM, 2000, p. 14).

Muller (2005) argumenta que muitos autores da área de Ciências Sociais, quando se propõem a estudar a juventude, o fazem tomando-a como um grupo isolado que ganha destaque quando é percebido como problemático para o restante da sociedade, assim como ocorre nos meios de comunicação. A autora destaca ainda a dedicação de muitos estudos às análises de comportamento em relação à fase jovem, mas o mesmo não ocorre na fase adulta. A idéia de que os comportamentos considerados adultos são legítimos os afastariam de olhares críticos.

Os modelos criados para os que passam por essa fase da vida compreendem a função de contestar o *status quo*, de “transformar o mundo”, e de conciliar tantos encargos com a cobrança de demonstrar que se está adquirindo responsabilidades atribuídas a adultos.

Em geral, define-se a juventude por exclusão de elementos que constituem a fase adulta. (...) É como se fôssemos estudar os jovens partindo daquilo que eles ainda não são (pais, mães, provedores, profissionais) ao invés de partir daquilo que eles são: sujeitos sociais que escolhem e decidem, sujeitos (por que não) com responsabilidades (MÜLLER, 2005, p. 77).

De acordo com Muller, esse conceito de juventude influencia a formulação e implementação de políticas públicas destinadas a este grupo. Ao entenderem a própria faixa-etária como parte do problema que pretendem solucionar, tais políticas não consideram as pessoas atendidas como sujeitos. No que diz respeito aos estudos concernentes à juventude, a autora propõe que as pessoas que se encontram nesta faixa-etária tenham suas identidades consideradas. A autora sustenta ainda, que a banalização dos discursos em prol do acesso aos direitos civis, e o esvaziamento do significado da cidadania, contribuem na formulação do imaginário social vigente sobre a categoria juventude. Assim, o posicionamento ocupacional passa a ser o norte para o reconhecimento e pertencimento social.

Paim (2002) analisa o uso da categoria juventude no âmbito da assistência social e percebe que as variações nesta categoria historicamente recente surgem desde a sua formulação e se tornam mais complexas quando se trata de jovens pobres. Quem pode ser chamado de jovem e sob quais critérios? Essas são questões

que ainda atravessam essa discussão e as respostas dadas a elas tem sido reformuladas constantemente, como veremos a seguir.

Convém lembrar ainda que a discussão em torno da categoria juventude se encontra atrelada também à categoria infância. Nos últimos anos, categorias como meninos (as) de rua (anos 80) e menores (anos 50) foram criadas por técnicos que trabalhavam com crianças e adolescentes oriundos de famílias afetadas pelo desemprego, pela escassez de recursos, e pelas dificuldades de acesso a direitos essenciais. Em 13 de julho de 1990, temos a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, um instrumento legal destinado à proteção da criança e do adolescente.

Contudo, a definição do público alvo de cada ação desenvolvida pelo Terceiro Setor, ONG's e poder público varia de acordo com a instituição. Podem ser considerados jovens os que têm idade entre 12 e 18 anos (fase tida como adolescência pelo ECA), ou ainda de 15 a 25 anos, faixa adotada pela Organização Mundial de Saúde e que serve como referência para algumas instituições. No entanto, de acordo com a legislação brasileira, há direitos civis que são observados com menos rigor quando se trata de maiores de 18 anos, como a educação, a qualificação profissional e a segurança.

De acordo com a antropóloga Rosilene Alvim (2002), no início dos anos 90, as ações desenvolvidas pelas entidades que atendiam às crianças moradoras das ruas esmoreceram. Este fato estava em conformidade com o discurso contrário a essas iniciativas, fundamentado pela idéia de que essas ações eram formas de contribuir com a entrada das crianças atendidas na criminalidade.

No entanto, com o episódio que ficou conhecido como a chacina da Candelária,¹³ a discussão sobre as crianças e adolescentes moradores de rua ou de lugares pobres ganhou força novamente. Este episódio também fomentou críticas aos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs que atendiam a crianças e adolescentes pobres.

¹³ Crime ocorrido em 23 de julho de 1993, quando sete meninos e um jovem foram assassinados a tiros em frente à Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. O ocorrido teve repercussão internacional. Seis policiais foram julgados pelo crime. Três deles foram considerados culpados. Fonte: Folha On line. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/especial/2004/massacreemsp/candelaria.shtml>>. Acesso em: 28 julh. 2009.

Dentre os pontos questionados se encontravam a eficácia dos métodos adotados nesses atendimentos, a idoneidade na utilização de recursos financeiros e a suspeita de favorecimento político por meio dessas entidades.

Deste modo, a juventude pobre passou a receber maior atenção do Estado, das Organizações Não Governamentais, do Terceiro Setor e das universidades a partir da década de 90. Esta fase foi marcada por inúmeras manifestações culturais que ganharam visibilidade por revelar uma proposta de atuação sobre os efeitos das desigualdades sociais sobre os jovens pobres considerando a diversidade presente entre os mesmos (LEITE, 2001). Peralva (2000) discute as transformações sociais decorrentes da constituição da sociedade moderna e como a mesma afeta as interações sociais vivenciadas pelos jovens. A partir das considerações de Giddens, a autora afirma que na sociedade moderna a forma de experimentação do risco se transforma, pois a auto-realização individual passa pela exposição a riscos e por comunidades imaginárias nas quais os indivíduos organizam sua relação com o mundo.

Diante da expansão da lógica da individualidade no Brasil os referenciais coletivos utilizados na constituição das identidades enfraqueceram, dentre estes referenciais está o trabalho, como vimos no capítulo anterior com Telles (2006). A autora sustenta que a construção de si como indivíduo possui três elementos: um grupo de referência, a exposição a algum risco, e uma representação conflitiva, onde o indício de alteridade complementa a formação da identidade. No último caso, a postura conflitiva pode ser assumida de forma discursiva ou concreta, como por exemplo, pelo uso da violência¹⁴.

Peralva (2000) lembra a tese de Giddens, para quem a submissão a riscos também está relacionada à capacidade de controle do futuro por parte da sociedade. Se a expectativa em relação a esta capacidade for baixa, viabilizam-se formulações de estratégias individuais para controlar os riscos que poderiam ser controlados por formas legítimas e que atendam a um coletivo. A autora postula que o Brasil possui poucos avanços neste aspecto, pois, desde a sua formação, o Estado não foi

¹⁴ Neste sentido, Peralva introduz uma explicação para o crescimento da violência urbana – a adesão do jovem morador de favela ao crime como forma de controle do risco – alternativa a de Leeds e a de Machado da Silva, examinadas no capítulo anterior.

concebido como instância responsável pela garantia de igualdade entre os cidadãos devido a seu caráter repressivo e desordenado, aspectos que ainda resistem ao modelo democrático.

A estudiosa procura explicar a entrada de jovens de favelas nas quadrilhas de tráfico de drogas a partir dos elementos que destaca como construtores da identidade. Deste modo, o individualismo de massas, aliado a uma integração conflitiva, representada pelo narcotráfico, estimulam esta adesão. A favela por sua vez, representa a comunidade imaginária e a fonte do grupo de apoio.

Diante das dificuldades existentes nos territórios favelados, são muitos os desafios e riscos a serem superados pelos jovens moradores desses locais. O comércio de cocaína instaurou uma nova relação entre a favela e a cidade, que afetou com mais intensidade os mais jovens e que reconstruiu a favela como comunidade imaginária. Em algumas ocasiões, os jovens traficantes promovem experiências comuns com aqueles que moram na favela, através da organização de festas. Ações como estas serviriam para construir e manter laços com a comunidade imaginária (PERALVA, 2000).

Peralva demonstra ainda outras vias de adesão ao tráfico, como a adesão forçada, e procura discutir o sentido atribuído à adesão ou ao afastamento do tráfico de drogas pelos jovens. A autora destaca que um dos principais desafios a serem enfrentados pelos jovens moradores de favelas é o de se manterem distantes tanto dos policiais como dos traficantes, que são as principais fontes dos riscos. Mas, sustenta, a experiência do risco pode levar os jovens a decidir vivenciá-la como elemento fundante de sua vida e, neste sentido, colaborar com a adesão ao tráfico pelos jovens.

A autora pondera, por outro lado que, mesmo quando esses jovens conseguem alguma fonte de renda, a baixa qualificação põe obstáculos a obtenção de resultados suficientes para o acesso a recursos básicos. Essas condições transformam-se num grande peso para esses jovens que são atraídos pelo tráfico de drogas. Este, por sua vez, se interessa por este grupo percebendo as condições específicas de (restrita) punição para essa faixa, previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Já Zaluar (1994) apresenta duas formas recorrentes dos jovens justificarem sua adesão ao tráfico de drogas, que variam de acordo com a relação estabelecida entre o jovem traficante e o assunto abordado. Na sua pesquisa em Cidade de Deus, onde foram entrevistados jovens que participavam do tráfico de drogas, Zaluar constatou que quando o tráfico era mencionado de uma forma geral, os jovens usavam o argumento da (difícil) conjuntura sócio-econômica para explicar o desenvolvimento deste negócio. Por outro lado, quando se questionava a presença deles no tráfico, explicavam-na como resultado de escolha e vontade próprias.

A partir dos depoimentos analisados por Zaluar podemos ver também como a questão da identidade atribuída é significativa para compreender a estrutura hierárquica no tráfico de drogas. Ser influenciável desqualifica o jovem que participa do tráfico como inserido em uma condição subalterna. Isto inviabiliza seu nome para ocupar um cargo de maior importância dentro desta estrutura. Além da personalidade forte, outros requisitos são mencionados pelos traficantes entrevistados na pesquisa de Zaluar. A tentativa de aumentar o tempo de sobrevivência dentro do tráfico exige o que os jovens chamam de “disposição”. Trata-se de um tipo de disciplina no interior da hierarquia do tráfico: disposição para roubar, para fugir e, principalmente, disposição para matar em quaisquer circunstâncias.

A autora faz um paralelo entre os dois registros: o do morador e o do jovem envolvido com o tráfico de drogas. Aquele que cede às tentações do tráfico (visando obter dinheiro para adquirir bens de consumo ou poder, respeito ou o temor experimentado através do porte de armas de fogo), é considerado como uma pessoa de “cabeça fraca” pelos moradores da localidade, independente da posição que ocupa na estrutura hierárquica do tráfico. Já os jovens integrantes das quadrilhas consideram sua própria participação no narcotráfico como um meio que lhes oferece fontes de poder, mas consideram que a atuação alheia na mesma atividade se torna um sinal de fraqueza. Zaluar atenta ainda para a influência da categoria gênero nestas representações. O uso da força através da arma de fogo é um meio de afirmação da masculinidade, é uma forma de mostrar virilidade perante os demais.

Quando conduzidas na primeira pessoa, essas narrativas, se pertencentes a homens, valorizavam a escolha pessoal. – “entrei porque quis”, “fui porque decidi sozinho”, “ninguém me influenciou não” – logo desmentidas nas respostas às

perguntas em que eram levados a explicar a criminalidade. Esta imagem de um sujeito auto-determinado parece ser um elemento fundamental na construção da pessoa masculina, segundo os valores da cultura local. “Ter cabeça” significa pensar, escolher e decidir sozinho, é condição para tornar-se chefe ou “ser o cabeça”, o que comanda os “teleguiados” (ZALUAR, 1994, p. 102).

A associação desses jovens a quadrilhas é vista por Zaluar como um elemento paradoxal. Esses grupos são percebidos pelos jovens iniciantes no narcotráfico ao mesmo tempo como fonte de segurança e de medo. Entrar para uma quadrilha significa compartilhar da segurança oferecida pelo grupo àquele indivíduo, mas também envolve a obrigatoriedade de retribuição sempre que a “disposição” for demandada. O não cumprimento das exigências das quadrilhas implica punições muitas vezes aplicadas de modo violento.

Em obra mais recente, Zaluar (2004) identifica dentre os argumentos em destaque no debate em torno do avanço da criminalidade ligada ao tráfico de drogas, o que considera a sociedade como participante do crime por contribuir com as grandes desigualdades socioeconômicas. Estas seriam incompatíveis com o estabelecimento de uma ordem democrática. A autora considera tal perspectiva libertária por esta criticar posturas que se baseiam no medo para defender um modelo de segurança que pode ser nocivo à preservação das liberdades individuais.

Zaluar (2004) busca em suas pesquisas os fatores que poderiam ter contribuído para o crescimento da criminalidade violenta nos últimos anos. Em primeiro lugar, sustenta, constata-se o aumento significativo desse tipo de crime nas áreas urbanas em relação às regiões rurais. Zaluar deixa claro que este fenômeno não poderia ser explicado apenas pelo insucesso de migrantes ao tentarem se estabelecer na cidade, e menos ainda pela pobreza concentrada nos centros urbanos - concepção que sozinha apenas reforçaria o estigma em relação às classes subalternas. Entretanto, pondera, este fator não deve ser desconsiderado.

A participação de jovens em crimes violentos e o aumento da vulnerabilidade deste mesmo grupo a esses crimes são identificados pela pesquisadora como um fator internacional, mas que no Brasil se intensifica nos anos 80. Esta constatação é seguida por outra: a correlação entre baixa escolaridade e baixa renda que, por sua

vez, têm ligações com as condições de vida oferecidas a esses jovens, que contam com a criminalidade em suas variadas formas como uma de suas opções de vida. A corrupção policial seria mais um agravante nesta situação.

A autora incorpora à sua análise a corrupção política e institucional que transcende as divisões de classes e facilita o tráfico de drogas e armas numa enorme rede que tem nos jovens pobres as suas maiores vítimas. Zaluar (2004) discute também outras motivações e estímulos para o ingresso no tráfico. A autora destaca as cadeias de vinganças pessoais de que os mesmos se tornam prisioneiros e que são especialmente cruéis entre os traficantes de drogas, bem como a falta de recursos políticos e econômicos para lhes garantir o acesso à segurança, à justiça e ao atendimento médico. A autora salienta que

hoje é fato aceito que a necessidade de pagar ao traficante leva o usuário a roubar, assaltar e, algumas vezes, a escalar o seu envolvimento no crime. Essa situação seria mais provável quando o usuário de drogas não tem uma família de classe média que pague a sua estada em centros de recuperação para drogados ou um bom advogado para livrá-lo de um curso de violência e crime em uma das penitenciárias do país. A ilusão do dinheiro fácil revelaria ainda outra face: o jovem que se encaminha para a carreira criminosa enriquece não a si próprio, mas a outros personagens que quase sempre permanecem impunes. (ZALUAR, 2004, p. 34).

Destituído de recursos para se reintegrar socialmente, o jovem, uma vez inserido nesse círculo, ainda convive com o preconceito do restante da sociedade que muitas vezes vê o problema como se fosse restrito a esta ponta do narcotráfico. Além disso, as favelas e periferias têm seu potencial de mobilização popular fortemente atingido pela atuação de traficantes, que muitas vezes interferem em ONGs locais e associações de moradores, instituições que geralmente desenvolvem projetos de inclusão social ou mesmo organizam as reivindicações de moradores das periferias.

A partir das contribuições dos autores mencionados nesta seção é possível perceber que a visibilidade cada vez maior dada à categoria juventude em nossa sociedade se confunde com as discussões em torno da pobreza quando se fala em inserção na carreira criminal. A fase da juventude é considerada crítica para jovens que não possuem acesso aos bens de cidadania. Contudo, estudos mostram que a situação de pobreza na fase juvenil e a exposição a risco de jovens em regiões favelizadas devem ser consideradas, mas não são suficientes para explicar as

motivações para a adesão ao crime nesta fase. Este fenômeno se inscreve numa forma de sociabilidade específica gerada pelos fatores políticos, sociais e econômicos citados pelos autores mencionados nesta seção. A percepção da juventude pobre como um problema social atravessa a formulação de políticas para este grupo, além dos setores de formação da opinião pública, como os meios de comunicação de massas. Este assunto será abordado no capítulo seguinte.

2. JUVENTUDE, FAVELA E VIOLÊNCIA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS

2.1. Os meios de comunicação de massas e a produção/ apropriação de significados

A preocupação das ciências sociais em analisar a comunicação de massas como fato social nos ofereceu muitas interpretações a respeito deste fenômeno da sociedade moderna. Dentre elas duas visões antagônicas se destacaram: a que considerou a comunicação de massas uma forma de dominação sutil e limitadora da imaginação de seus receptores e a perspectiva que a define como um meio eficaz de difusão bens culturais. Eco (1978) nomeia essas visões respectivamente de apocalípticas e integradas.

Ao cunharem o termo “indústria cultural” Adorno e Horkheimer (1971) pretendiam explicar o fenômeno da comunicação de massas sem que ele se confundisse com o conceito de cultura popular. Esta perspectiva era atribuída à comunicação de massas, associando-a a reunião de mensagens que agradava as classes subalternas e por isso lhes seria útil. Ao contrário dessa concepção, os autores postulam que esses conteúdos na verdade servem às classes dominantes, pois impedem que os explorados tomem consciência de sua condição.

Merton e Lazarsfeld (1977) apontam dentre as características da industrial cultural o poder de atribuir *status*, que transforma o prestígio e o carisma em valores facilmente transferíveis; a propagação de normas sociais, interferindo na concepção de público e privado e incentivando a simplificação do mundo polarizando respostas, e assim ocultando as imprecisões presentes no real; o efeito narcotizante provocado pelo intenso volume de informações que inibe as potencialidades de reforma por parte dos indivíduos e por fim a degradação do gosto popular cada vez mais desprovido de definições consistentes e elaboradas.

Merton e Lazarsfeld colocam ainda que a recepção do conteúdo de massas se dá sob três condições: a inexistência de uma idéia contrária, conformidade com valores muito arraigados e a propagação em larga escala, que ajuda na construção da realidade social.

Adorno (1977) concorda com essas perspectivas ao sustentar que a indústria cultural substitui a consciência pelo conformismo e transforma as “produções do espírito” em mercadoria. Subestimar o poder da mídia é compactuar com mais essa forma de dominação das massas. Suas concepções aproximam-no da vertente dos apocalípticos.

Ambas as interpretações de apocalípticos e integrados são criticadas por Eco (1978). Os apocalípticos negam a comunicação de massas ao invés de criticá-la. Esses o fazem baseando-se no que Eco classificou como “conceito fetiche” de indústria cultural, que tem como argumentos primordiais o combate ao lucro e a alienação das massas, em detrimento das análises mais profundas sobre a dinâmica da comunicação. Os integrados também lançam mão de um “conceito-fetiche” se apropriando e reforçando o conceito de massas para a obtenção do lucro e da dominação realizando as aspirações das elites. Deste modo, Eco (1978) observa elementos que dificultam a reflexão do fenômeno nos dois lados, e refuta a polarização dos discursos a respeito da comunicação de massas.

No que concerne à discussão específica dos materiais televisivos tem-se também uma produção significativa. Bourdieu em sua obra “Sobre a televisão” (1977) analisa a influência da televisão nas atividades de produção cultural. Ele coloca que a televisão é alvo constante de pressões econômicas, pois a audiência desempenha um papel fundamental para a sua existência. Os anunciantes também influenciam a produção televisiva. Para atender as prerrogativas das corporações a televisão exerce sobre seus espectadores o que Bourdieu chama de violência simbólica. Ele a define como

Violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou sofrê-la. (BOURDIEU, 1997, p. 22)

Para Bourdieu a televisão é detentora do monopólio do alcance de um grupo enorme de pessoas que passam horas diante dela. Ela busca o sensacional ocultando informações preciosas para mostrar futilidades, transmite idéias prontas e inviabiliza o diálogo.

Prado (2003) por sua vez, dialoga com essa colocação em sua obra “Entre tiros e transas: sobre a recepção de conteúdos televisivos”. A autora estuda a produção de

significados a partir dos conteúdos televisivos por parte dos receptores tentando encontrar os limites da violência simbólica proposta por Bourdieu, conforme demonstrei na introdução deste trabalho. Ao perceber que as entrevistadas selecionavam em seus depoimentos as passagens e as características dos personagens das novelas de acordo com suas experiências individuais e anseios, a autora percebe um processo de negociação de significados entre espectador, televisão e cultura local na ressignificação dos produtos da televisão.

Cabe então definir, antes de tudo, no que concerne ao foco deste estudo, que representações de juventude pobre e moradora em favelas têm sido divulgadas pelos meios de comunicação de massa e como elas são articuladas à violência urbana

2.2. As representações sociais sobre a juventude pobre e favelada nos meios de comunicação de massas

Os significados relacionados à juventude compartilhados pela comunicação de massas são diversos. Como Paim (2002) observa, nas propagandas publicitárias muitas vezes os jovens representam a imagem da vitalidade, do inconformismo e da sensualidade. Tida como um produto supervalorizado no mundo ocidental moderno, a juventude constitui uma ferramenta muito eficaz para a publicidade, compartilhando a importância que lhe foi conferida com outros produtos e serviços. Deste modo, todos os que não se enquadram nesses padrões de consumo são desqualificados pela supervalorização do modelo de juventude exposto nas propagandas.

Todavia, quando se trata dos jovens de classes populares vemos a exposição desse segmento na mídia de uma forma quase tão fluida quanto a própria categoria juventude. Para refletir sobre este fato, Alvim e Paim (2000) discutem reportagens publicadas em alguns jornais nacionais e estrangeiros que abordam infrações cometidas por jovens pobres. As autoras questionam a naturalização da categoria “ganguê” considerando que esta pode ter sido fruto de uma construção da imprensa, devido à ausência de definições objetivas relacionadas a este termo.

As autoras recorrem ainda às considerações de Champagne (1993) para mostrar exemplos da classificação feitas por jornais franceses em relação aos jovens moradores dos subúrbios do país e como essa visão ultrapassou fronteiras internacionais chegando até aos jornais brasileiros onde a França aparece como “assombrada pelo subúrbio”¹⁵. De acordo com as autoras o fenômeno das “ganguês” no Brasil apareceu com o nome de “galeras” e se tornou mais evidente após o episódio do “arrastão” ocorrido no Arpoador, no Rio de Janeiro em 1992.

O “arrastão”, sobre o qual não foram registradas vítimas com lesões corporais, teve repercussão nacional através dos jornais, e a partir dessa cobertura jornalística foram gerados e confirmados estigmas em relação aos jovens que não residiam nas áreas mais valorizadas da cidade.

¹⁵ Jornal do Brasil. 26 de novembro de 1995.

Alvim e Paim (2000) observaram que as reportagens não contemplavam as falas dos que se envolveram diretamente com o episódio (a menos que essas estivessem em acordo com as narrativas divulgadas). Somente quase um mês depois do ocorrido foi publicada uma matéria onde foram expostas declarações de militantes ligados aos direitos humanos discutindo o assunto e questionando o preconceito no Brasil e a segregação.

Além de constituir temporariamente um tópico de discussão no âmbito da segurança pública, o tumulto chamado de “arrastão” evidenciou tensões existentes em relação à forma de ocupação das praias da zona sul carioca, que tinham como seus componentes o preconceito racial e social. O comportamento e a forma de utilização desse território por jovens de classes sociais distintas eram marcados por rivalidades que foram mostradas pelos jornais sob a forma de conflitos entre “galeras” e “turmas de lutadores”. Com estes rótulos, os espancamentos e homicídios atribuídos ao segundo grupo foram amenizados, e o vandalismo e o consumo de drogas atribuídos ao primeiro reforçam estigmatizações acerca dos pobres, pois

(...) nada se diz sobre quem são esses jovens, o que fazem, como é o seu cotidiano, como as “galeras” se organizam e como se dá o seu ritual de enfrentamento. Sabe-se tão somente que são uma multidão de pobres e pretos. Supostamente seriam todos funkeiros – o que já se acha ruim – e estariam ligados as quadrilhas de narcotráfico de suas regiões – o que é considerado ainda pior (ALVIM ; PAIM, 2000, p. 26).

As autoras ponderam que, mesmo que as visões estereotipadas não tenham na mídia sua única responsável, esse é o espaço onde elas são espetacularizadas, que esses valores encontram um meio para sua difusão numa escala mais abrangente e disputam credibilidade com a realidade concreta. Com o objetivo de acompanhar esse processo a autora Machado (2000) analisa a construção de versões jornalísticas para episódios violentos no Rio de Janeiro.

De acordo com a autora, a violência recebeu maior visibilidade nos meios de comunicação a partir da década de 90, quando não somente os jornais considerados populares divulgavam imagens sensacionalistas da violência, mas também os jornais considerados “de classe média” e as emissoras de TV passaram a adotar esta abordagem. Machado (2000) discute o processo de criação de “fatos” em

jornais de grande circulação, analisa o conteúdo imagético dessas publicações e busca compreender que discursos fotógrafos e jornalistas utilizam na orientação das matérias que produzem.

A estudiosa percebe como uma característica comum nas reportagens que abordam a violência urbana a exposição excessiva dos envolvidos nesses episódios. No entanto, a autora notou na fala de um dos fotógrafos entrevistados por ela uma exceção relacionada ao fator idade. O fato de um “fugitivo de uma penitenciária”, apanhado por policiais com objetos furtados, não ser mais considerado jovem (o homem tinha aproximadamente 30 anos) rendeu a ele o título de “veterano” e com isto o direito de não ser exposto pelo jornal como de costume. Ele foi considerado pelo fotógrafo um símbolo de resistência aos riscos aos quais seria exposto cotidianamente e não somente um criminoso, o que permitiu que sua identidade não fosse revelada pela câmera.

Este foi um dos casos expostos pela autora que demonstram a ênfase dada à associação entre juventude e violência pelos meios de comunicação como um fator presente nessas abordagens espetacularizadas. Esta associação seria demonstrada como sinal de segmentação social por esses veículos.

É importante observar que essas abordagens são datadas, correspondendo à associação entre favelas, juventude pobre e favelada e violência urbana que se produziu nos anos 90 no imaginário social brasileiro, como examinei no capítulo anterior.

Antes de freqüentarem as salas de cinema comerciais e o horário nobre das redes de televisão nacionais, as produções audiovisuais sobre as favelas foram, na década de 80, elaboradas por organizações da sociedade civil que atuavam na conscientização de grupos socialmente excluídos, como moradores de favelas, negros, mulheres e jovens (LEITE, 2001).

Neste momento analisado por Leite (2001), percebe-se a ênfase nos temas de ordem cultural nessas obras que tentavam expressar a existência de uma identidade nacional. Os filmes procuravam conferir importância à contribuição dos negros para a cultura brasileira. As produções artísticas se aliavam à militância contra a violência através de movimentos como o hip hop e o reggae, buscando acesso ao espaço

público. Entretanto, essas produções que associavam manifestações culturais a discursos políticos voltados para os problemas sociais perderam força de expressão no cenário social nos anos 90.

Essa proximidade entre Ciências Sociais e cinema na discussão do cotidiano urbano teve como um dos temas enfatizados o convívio de crianças com a criminalidade violenta, discutido através da relação entre meninos de rua e crianças que adentram a rede ilícita do narcotráfico. Esses relatos são acompanhados pela exposição da perda da inocência em virtude de comportamentos desviantes, como afirmam Alvim e Paim (2005). Para as autoras, a atenção cinematográfica dada à infância sem recursos coincide com o período em que os “meninos de rua” passaram a ser considerados uma questão social no cenário urbano (década de 80). Nesta ocasião, tal grupo entrou na pauta de discussão da temática dos direitos sociais – período que se prolongou até a aprovação do Estatuto da Criança e do adolescente em 1990.

Ainda na década de 90 a violência passa a ser apresentada como protagonista das produções audiovisuais relacionadas às favelas, assim como começou a acontecer nos jornais e na televisão. Nos dois casos destacou-se o papel dos jovens pobres e moradores de favelas como principais vítimas e algozes da violência urbana.

Neste início de século XXI o tema da violência urbana é um dos mais abordados pelos meios de comunicação. O jornalismo policial cresce cada vez mais nos noticiários e podemos destacar ainda as produções televisivas, editoriais e cinematográficas dentre as quais algumas das que obtiveram maior repercussão na mídia foram: o filme “Cidade de Deus”¹⁶, inspirado no livro homônimo de Paulo Lins (1997), o seriado “Cidade dos Homens”¹⁷, o livro *Cabeça de Porco* (Soares, Bill e Athayde, 2005), o projeto *Falcão*, com seu documentário *Falcão: Meninos do Tráfico*¹⁸, o livro homônimo (Bill e Athayde, 2006), e o livro *Falcão: Mulheres e o Tráfico* (Bill e Athayde, 2007), o livro *A elite da Tropa* (Pimentel e Soares, 2006),

¹⁶ Direção: Fernando Meirelles, Brasil, 130 min. cor, 2002

¹⁷ Direção: Roberto Moreira, Paulo Morelli, Adriano Goldman, Regina Casé e Fernando Meirelles. Exibido na Rede Globo de Televisão de outubro de 2002 a dezembro de 2005.

¹⁸ Direção de MV Bill e Celso Athayde, Brasil, 57 min. cor, 2006.

e, em seguida o filme nele inspirado: “Tropa de Elite”¹⁹. Cabe lembrar ainda no âmbito cinematográfico, “Cidade dos Homens – o filme”²⁰ e Maré: nossa história de amor²¹.

Em cada uma dessas narrativas procura-se abordar a temática da violência urbana nas regiões favelizadas acionando discursos que ilustram a fala de um ou mais atores envolvidos nesta dinâmica, sejam eles ligados ao poder público (no caso dos policiais), representantes da sociedade civil, ou das vítimas, e também os autores da violência.

O documentário *Falcão: Meninos do tráfico*, ao ter como protagonistas jovens moradores de favelas e periferias e integrantes de quadrilhas de tráfico de drogas, veiculou uma visão deste grupo bem diferenciada daquela apresentada pelos meios de comunicação de massas, que por isto mesmo teve grande repercussão nacional. No capítulo seguinte, apresento brevemente o documentário e sua inserção no projeto mais amplo de MV Bill e Celso Athayde de pautar o debate público sobre este tema.

¹⁹ Direção de José Padilha, 118 min. cor, Brasil, 2007.

²⁰ Direção de Paulo Morelli, 110 min. cor, Brasil, 2007.

²¹ Direção de Lúcia Murat, 105 min. Brasil, França e Uruguai, cor, 2007.

3 O PROJETO FALCÃO COMO ELEMENTO DE DISCUSSÃO DO PROBLEMA DA JUVENTUDE NO ESPAÇO PÚBLICO

3.1 O documentário: produção, exibição e repercussão

A parceria de MV Bill e Celso Athayde pode ser entendida como o marco inicial da realização do documentário. Entre 1997 e 1998, quando MV Bill lança o seu primeiro CD CDD Mandando Fechado, a idéia de transcender a linguagem musical para representar os anseios das periferias já existia. Os dois compraram uma câmera com recursos próprios, e aproveitando as oportunidades oferecidas ao longo dos shows feitos no país filmaram as periferias e a partir de contatos locais conversaram com jovens envolvidos no tráfico de drogas. A prática rendeu mais de 100 horas em fitas e de acordo com um dos produtores que ajudou na veiculação do documentário na TV, Rafael Dragaud²², era possível fazer vários documentários com o mesmo material.

No entanto, os autores da obra resolveram proibir a exibição dias antes da mesma. A decisão abrupta, mesmo após a divulgação em espaços publicitários das Organizações Globo deu margem a muitas controvérsias entre a Rede Globo, MV Bill e Celso Athayde. De acordo com jornais e noticiários do primeiro dia do mês de agosto de 2003, teria sido enviada uma carta por Celso e MV Bill argumentando que apesar do contrato feito com a emissora, eles, na qualidade de autores da obra, faziam uso do direito de permitir ou não a exposição do conteúdo. Alegaram razões “de foro íntimo” para o ato. A falta de explicações mais claras e a tensão entre as partes envolvidas colaboraram para que o incidente virasse notícia, especialmente nos jornais das Organização Globo e até em jornais de grupos concorrentes. A Rede Globo expôs sua versão dos fatos através dos jornais, mostrando a carta enviada por MV Bill e Celso Athayde e sua nota oficial em resposta aos acontecimentos. Nesta foi dito que a Rede Globo teria direito de apresentar o documentário, pois foi assinado um contrato referente ao mesmo. Além disso, o cancelamento da programação teria causado danos morais e materiais à emissora. Todavia, a mesma resolvia arcar com os supostos prejuízos e manteve o interesse em divulgar o

²² Dados da entrevista com o produtor do documentário da qual participei junto com Juliana Farias e Bianca Freire-Medeiros no dia 30 de Agosto de 2006.

material por entender que as razões dos autores fossem justificáveis, ainda que não tenham sido esclarecidas.

Diante disto, especulações que tentassem explicar o impasse não deixaram de circular na mídia. A versão mais corrente foi a de que Celso Athayde e MV BILL teriam sofrido ameaças de morte por traficantes do Rio de Janeiro, pois estes temeriam ser reconhecidos no documentário. A polícia federal investigou o caso e chegou a abrir um inquérito, mas Celso e MV Bill negaram as ameaças. O delegado da polícia Federal Antônio Rayol disse ao programa de televisão “Observatório da Imprensa”, da Rede Brasil, exibido em 05 de agosto de 2003, que considera um ultraje o tráfico censurar o material a ser exibido na TV. Ele criticou o comportamento de Celso e MV Bill por estes terem negado as ameaças, ainda mais porque a polícia federal disse ter confirmado a existência das mesmas e até supôs que os bandidos seriam do Rio de Janeiro.

Houve ainda outro rumor em relação ao veto dos autores do documentário: o de que eles estariam negociando o material com a distribuidora de filmes Columbia Pictures, para que o mesmo fosse exibido nos cinemas, mas a informação, que foi divulgada em jornais, não foi confirmada pelos autores do documentário. Além disso, como a Rede Globo teria participado do processo de pós produção do documentário, esta seria o veículo de comunicação preferencial para a exibição deste material em larga escala. O impasse entre os autores e a emissora resultou num silêncio de três anos a respeito de *Falcão: Meninos do Tráfico*.

Em 2006, após a exibição do documentário no programa Fantástico, diferente da primeira versão apenas pelo acréscimo de três minutos de imagens, MV Bill atribuiu a motivação para não exibir as filmagens na época a uma questão de consciência. Ele explicou o acontecido da seguinte forma:

(...) Mas quando eu soube, na semana, que os dois últimos meninos tinham morrido, tinham sumido, eu comecei a pensar e falei com o Celso: ‘Olha Celso, eu acho que esse documentário perde a função nesse momento. Que documentário é esse que a gente tenciona humanizar os jovens, valorizar a vida e a gente tem um material sobre a morte?’ Eu não fiz o documentário para ficar mais famoso, para mostrar a cara na televisão ou para tirar fotos. Eu fiz pela humanização. Nós não estamos ganhando dinheiro, mas isso precisa de um propósito. Então, nós decidimos breicar naquele momento, independente das coisas que disseram, e nós decidimos esperar um momento melhor para passar e esse momento foi quando

descobrimos que o décimo sétimo não estava morto, estava preso. Por um fator do destino, eu acredito, esse rapaz foi quem deu a entrevista que mais me emocionou, porque ele teve a nobreza de manter o sonho de ser palhaço. (...) Essa foi a minha força que me fez voltar com tudo e colocar esse material no ar, porque ele passou a ter outra responsabilidade. (declaração de MV Bill exibida pelo Observatório da Imprensa na edição do dia 28 de março de 2006)

Além do incentivo proporcionado pela existência de um sobrevivente, a discussão da segurança pública em março de 2006 estava concentrada na validade de enviar as Forças Armadas às favelas cariocas para reprimir os traficantes residentes nestas localidades. Não era a primeira vez que assunto vinha á tona no debate em torno da segurança pública na cidade, mas na ocasião o episódio que teria trazido essa possibilidade foi a invasão de um quartel realizada por traficantes para roubar armas. Este episódio evidenciou mais uma vez à falta de controle da violência pelo Estado, e assim desmoralizou-o. Depois de alguns dias de incursões em favelas cariocas, acompanhadas de denúncias de abusos por parte dos moradores, as armas roubadas foram encontradas largadas no alto da favela da Rocinha²³. A imprensa não tardou em emitir manchetes como: “Exército lava a honra”²⁴, e outras. Em meio a toda esta turbulência, Celso Athayde e MV Bill teriam concordado que este era o momento apropriado para exibir o documentário. Este seria o momento oportuno para colocar mais um assunto em pauta, ou melhor, de colocar a fala de mais alguém neste debate, pessoas que na maioria das vezes são apenas objetos das matérias, mas com o documentário poderiam participar do debate de algum modo.

Neste período, mais precisamente na noite de 19 de março de 2006, no programa *Fantástico*, o documentário *Falcão: Meninos do Tráfico*, apresentou-se como uma janela através da qual o universo dos jovens que se envolvem com o tráfico de drogas poderia ser visto de um modo diferenciado: com o auxílio da voz dos mesmos. Este projeto, composto a princípio deste documentário, do livro *Falcão: meninos do tráfico*²⁵, e posteriormente do CD *Falcão – O bagulho é doido*, de MV Bill (2006)²⁶, e do livro *Falcão: Mulheres e o Tráfico* (BILL ; ATHAYDE, 2007), foi apresentado por seus responsáveis como um meio para discutir a segurança pública em âmbito nacional.

²³ TVE-Brasil Observatório da imprensa 28/03/2006

²⁴ Jornal Extra. Fonte: observatório da imprensa em 28 de março de 2006.

²⁵ O livro possui 251 páginas e foi distribuído pela editora Objetiva.

²⁶ MV Bill. *Falcão – o bagulho é doido*. Chapa Preta/ Universal Music. 2006. 1 CD.

As Organizações Globo disponibilizaram para o projeto uma campanha publicitária composta de anúncios em seus jornais, como a Folha de São Paulo e O Globo, que são de grande circulação, além da própria emissora de televisão.

De acordo com seus diretores, o documentário foi filmado em vários estados brasileiros, dentre eles Rio de Janeiro, Bahia, Ceará (BILL ; ATHAYDE, 2006, p. 13, 217), e outros, que não foram identificados na edição exposta do material coletado ao longo de seis anos (de 1998 a 2003). Celso Athayde e MV Bill declararam que as gravações foram feitas nos estados onde MV Bill cumpria sua agenda de shows, e a intenção do projeto foi mostrar que participação de jovens no tráfico de drogas é um problema nacional. Para isto os autores enfatizaram os depoimentos dos jovens envolvidos nas redes do tráfico sobre a violência, o tráfico de drogas, a polícia, os governantes e a situação em que se encontravam nesse contexto.

Contudo, nem todas as formas de divulgação planejadas por Celso Athayde e MV Bill para o projeto foram realizadas. Estava planejada a exibição de um documentário intitulado *O sobrevivente*, que teria como protagonista um dos 16 jovens que foram entrevistados em *Falcão: Meninos do Tráfico*, o único vivo até então. O lançamento estava previsto para o dia 12 de outubro de 2006 nos cinemas e poderia trazer novamente o debate à tona. No entanto, por motivos não esclarecidos pelos diretores do projeto, o filme não foi exibido nos cinemas e não foi indicada uma segunda data para esta atividade. Outras estratégias foram acionadas: ao invés de ser lançado no cinema em larga escala comercial o documentário foi exibido no Festival Hutúz (festival de filmes de Hip-Hop produzido por Celso Athayde) realizado em novembro de 2006 e transformado posteriormente num DVD. Além do documentário, o DVD traz uma entrevista com MV Bill, na qual o rapper falou sobre as motivações para sua pesquisa e sua percepção a respeito do tema do projeto *Falcão*. O produto contém ainda três videocliques. Ele está sendo comercializado junto com o livro, que foi lançado dia 03 de abril de 2006 no cinema Odeon, no Rio de Janeiro²⁷.

O livro com o mesmo título do documentário foi lançado menos de um mês após o lançamento do documentário, no dia 03 de abril de 2006, no cinema Odeon, no Rio de Janeiro. O livro foi concebido como um veículo para expor o registro de

²⁷ Para a análise da discussão verbal e imagética do livro, ver Cesar dos Santos (2007).

fatos e impressões de MV Bill e Celso Athayde ao longo do percurso que seguiram para a realização das entrevistas, ou seja, as cidades brasileiras onde MV Bill cumpria sua agenda de apresentações.

A repercussão do documentário *Falcão: Meninos do Tráfico* estendeu-se na televisão por duas semanas após sua primeira exibição, em março de 2006. A mídia escrita, tanto na internet, quanto nos jornais, prolongou a discussão sobre o documentário, que teria desvendado códigos internos e a rotina dos *falcões*. Representações difundidas pelo senso comum e explicações das ciências sociais (como a da preferência pelo crime a um trabalho lícito frente às altas remunerações do primeiro), foram intensamente debatidas. Por se tratar de um conteúdo que teve a participação da Rede Globo na produção, foi exibido e comentado apenas em três outros canais: TVE e TV Câmara (ambos estatais) e Globo News (canal por assinatura de notícias da Rede Globo). Sem repercussão nas emissoras concorrentes, o debate sobre o documentário *Falcão* ganhou mais espaço na mídia impressa, a princípio através de jornais filiados às organizações Globo, por meio de comentários de pesquisadores ou mesmo de leitores de jornais. Também foi na mídia escrita que se questionou a credibilidade do projeto “*Falcão: Meninos do tráfico*”, através da polêmica gerada em torno da suspeita de que Celso Athayde e MV Bill teriam presenciado uma situação de cárcere privado durante as gravações para o documentário e não teriam avisado do fato à polícia.

Com toda a turbulência e com as críticas, o documentário inspirou, em julho de 2006, a organização do movimento *Falcão – A corrente do bem*²⁸. A educadora Heloísa Padilha criou uma rede virtual para angariar recursos financeiros a serem destinados à organização da sociedade civil Terra dos Homens com o objetivo de auxiliar financeiramente projetos sociais que atendessem crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social²⁹. Busquei acompanhar seus desdobramentos, mas não há registros atuais sobre “*Falcão: A corrente do bem*”, nem é mais possível encontrar seu endereço na internet. Contudo é mantida ainda uma comunidade virtual com este nome no site de relacionamentos Orkut. Nesta estão inscritas

²⁸ ALVES, Maria Elisa ; ARAÚJO, Vera. União para tirar “falcões” das garras do tráfico. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.18, 1 abril. 2006. e INTRATOR, Simone. Corrente do bem para o Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 ago. 2006.

²⁹ Crianças sem moradia fixa, sem familiares, ou que sofrem violação de algum direito no meio familiar e crianças em situação de abrigo.

duzentos e dezoito pessoas, mas os tópicos mais recentes (de 2009) não abordam o propósito inicial desta ação³⁰.

A voz dos *falcões*, que o projeto pretendia fazer ressoar, sustentando que eles também seriam vítimas da violência, foi abafada pelo desgaste da discussão e pelos episódios subseqüentes no âmbito da segurança pública do Rio de Janeiro. Um desses episódios foi o debate sobre como o poder público deveria agir para que a segurança fosse garantida na cidade durante os jogos Pan-americanos e, em seguida, a ocupação policial no Complexo do Alemão, iniciada em 2 de maio de 2007 e que resultou em dezenove mortes.

Em 26 de novembro de 2007, MV Bill e Celso Athayde lançaram o livro *Falcão – Mulheres e o Tráfico*. Desta vez, as atenções estavam voltadas para as mulheres que se relacionam direta ou indiretamente com o tráfico de drogas. Esta questão já fazia parte do roteiro dos autores desde o livro *Cabeça de Porco*, lançado em 2005. O tema também foi tangenciado nos momentos finais do documentário exibido em 2006 com o depoimento de uma jovem integrante do tráfico de drogas.

O lançamento deste segundo livro foi divulgado com o auxílio de uma série de reportagens do Jornal Extra (que faz parte das organizações Globo) sobre casos de envolvimento de mulheres com o tráfico de drogas. As matérias foram publicadas no mês anterior ao lançamento do livro e foram redigidas pelos repórteres Guimarães, e Auler (2007)

A série foi organizada em capítulos anunciados nas primeiras páginas do jornal durante uma semana. Estes capítulos ocupavam ao menos uma página inteira do jornal. No dia da estréia duas páginas inteiras além da metade da capa foram dedicadas à apresentação da série.

As matérias seguiam um padrão composto por um depoimento de Celso Athayde ou de MV Bill, uma reportagem que continha trechos de entrevistas, concedidas pelas mulheres que faziam parte do tráfico aos jornalistas, além de fragmentos do livro *Falcão: Mulheres e o Tráfico*. Cada capítulo abordou um tema.

³⁰ Orkut. Disponível em <<http://www.orkut.com.br/Main#CommTopics.aspx?cmm=17559838>> . Acesso em: 20 jul. 2009.

Ao fim de cada reportagem havia o anúncio do próximo capítulo da série de reportagens.

No que diz respeito aos elementos gráficos cabe destacar as ilustrações ao lado de suas respectivas legendas. Estes recursos contribuíram com a explicação do assunto e chamavam a atenção do leitor para a reportagem. A ilustração usada como símbolo da série “Elas são de cama, mesa e boca-de-fumo” continha mulheres portando armas de pequeno e grande porte. As cores predominantes foram o vermelho e o preto, apresentando a gravidade do assunto.

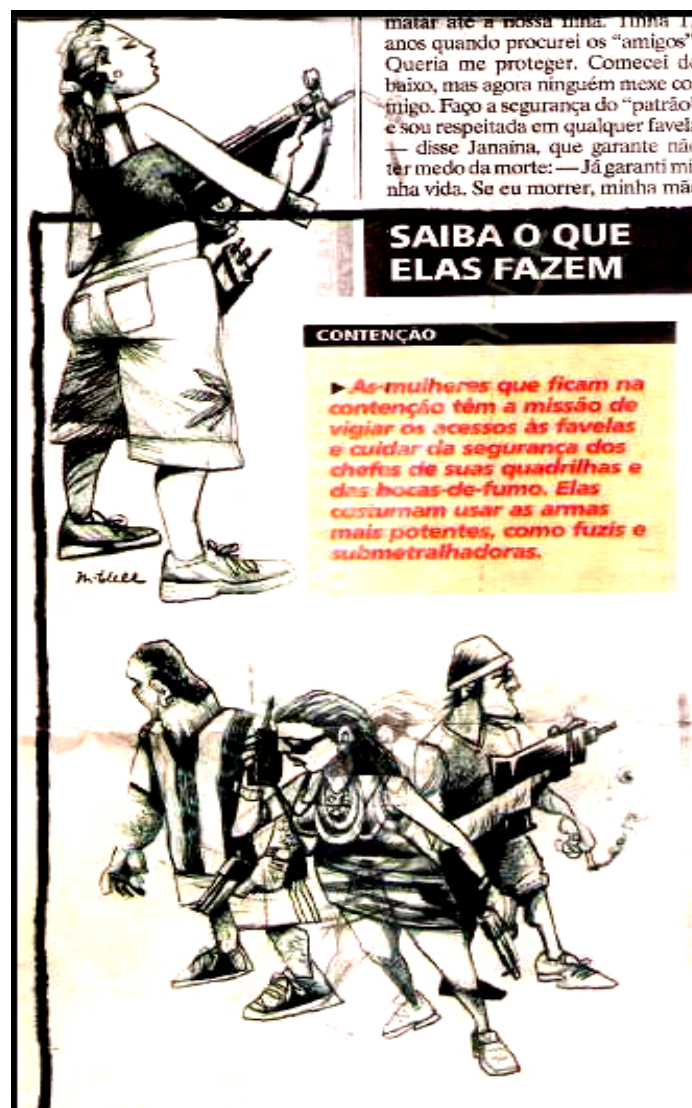
O capítulo de estréia foi dedicado a apresentação do tema de um modo geral. O Jornal Extra do dia 28 de outubro de 2007 trazia a seguinte manchete em sua primeira página:



Jornal Extra, 28 de Outubro de 2007.

De acordo com o livro *Falcão: Mulheres e o Tráfico*, a participação feminina no comércio de drogas se dá de forma mais diversificada que a masculina, ainda que as mulheres representem uma parcela inferior desta rede. As atividades das mulheres que atuam no tráfico variam desde a proteção de traficantes em suas casas, até o repasse de propina para os policiais que as aceitam.

A capa do jornal antecipa em cores vivas para os leitores outras atividades ilegais, relacionadas ao tráfico de entorpecentes, nas quais essas mulheres poderiam participar, como a exploração sexual de jovens e crianças. Na reportagem, estão informações sobre a estrutura de funcionamento do tráfico de drogas e ilustrações onde as mulheres desempenhavam as funções explicadas.



Os depoimentos das mulheres entrevistadas pelos jornalistas expressavam memórias de situações de perigo vivenciadas pelas mesmas e comentários que avaliavam sua inserção no tráfico de drogas. Suas explicações para a entrada na carreira criminal enfatizavam dificuldades financeiras, o envolvimento com traficantes e a busca por proteção. O argumento de que algumas mulheres se aproximariam de traficantes em virtude do “fascínio pelas armas”³¹ também foi lembrado na matéria, através de depoimentos e de fragmentos do livro colocados nesta publicação.

O “respeito” (ou medo) que provocam nos lugares onde atuam, foi considerado pelas mulheres entrevistadas um aspecto favorável da ligação com a rede de comércio de drogas, como sustentam algumas de suas declarações:

*(...) Queria me proteger. Comecei de baixo mas agora ninguém mexe comigo. Faço a segurança do patrão e sou respeitada em qualquer favela*³².

Por outro lado, os problemas de relacionamento com familiares e os riscos que correm por estarem a serviço do tráfico são lembrados como as principais das desvantagens do mesmo.

(...) Não falo com meu pai há dez anos. É capaz de ele me entregar pra polícia se me vir.

*Muitos amigos morreram, inclusive o pai do meu filho. Em cada mês choramos por um. Nem conto mais. Perdi quase 50 “irmãos.”*³³

Outro fator constatado em relação a atuação das mulheres no tráfico de drogas, concerne a faixa etária das participantes. Esta seria mais extensa do que a masculina. Desde meninas de 10 anos, até mulheres acima de 50 foram encontradas entre as mulheres que têm algum envolvimento com a rede do tráfico. Além disso, as mulheres sobreviveriam por mais tempo no crime por terem menor participação em conflitos armados.

³¹ MV Bill aborda este tema no documentário *Falcão: Meninos do Tráfico*. Nesta passagem a imagem do rapper explicando que algumas meninas e meninos sentiriam certo “fascínio pelas armas” é complementada por uma voz feminina afirmando que “algumas não podem ver um fuzil, não podem ver uma pistola que elas já ficam todas doidas.”

³² GUIMARÃES, Ana Claudia ; AULER, Eduardo. Traficantes de sexo nem um pouco frágil. *Extra*, Rio de Janeiro, p. 18-19, 28 out. 2007.

³³ GUIMARÃES, Ana Claudia ; AULER, Eduardo. Traficantes de sexo nem um pouco frágil. *Extra*, Rio de Janeiro, p. 18-19, 28 out. 2007.

No segundo dia da série mais uma manchete ocupava boa parte da capa.



Jornal Extra. 29 de outubro de 2009.

Esta reportagem explora um dos temas citados no dia anterior: o envolvimento de mulheres com o tráfico a partir de relacionamentos com os traficantes. A personagem “mulher do chefe” ou “primeira dama” é exposta pela matéria como se estivesse diante de um “dilema”, colocado desde a capa do jornal. A diagramação expõe a manchete em branco, cor esta que se estende ao sofá onde uma das entrevistadas está deitada, representando o conforto do qual ela desfrutaria. O contraste é dado pelo fundo vermelho. A imagem da entrevistada usando pantufas complementa a mensagem.

Os depoimentos das jovens que estariam nesta situação reforçam o argumento de que a possibilidade de acesso a conforto seria um atrativo nos traficantes. Por outro lado, estas jovens teriam de conviver com o medo (da polícia e do companheiro), conforme o título da reportagem anuncia:



Nesta reportagem, os depoimentos relataram histórias desses relacionamentos e dos finais trágicos dos mesmos. Os fragmentos do livro *Falcão: Mulheres e o Tráfico* selecionados para esta matéria expuseram declarações concedidas a MV Bill e a Celso Athayde por diferentes atores desta rede sobre este assunto, como as reações das mulheres envolvidas com traficantes diante da morte dos companheiros e como se envolviam com os mesmos.

A mesma edição do jornal contém outra reportagem (ainda pertencente a série, mas posicionada em outro espaço do jornal) sobre o aumento da participação de mulheres no tráfico de drogas. Esta contém trechos de uma entrevista com a deputada federal Marina Magessi. A parlamentar que já atuou na Delegacia de Repressão a Entorpecentes comentou a mudança na participação de mulheres na rede ilícita do comércio de drogas: “Como em todas as profissões as traficantes estão ganhando espaço no universo masculino”.

Na parte final da reportagem, uma declaração da assessoria de imprensa da secretaria estadual de segurança pública do Rio de Janeiro, complementa o debate.

No depoimento, a instituição afirma estar ciente do aumento da participação de mulheres no comércio de drogas ilícitas, e explica o fenômeno como uma estratégia para resistir à repressão ao mesmo efetuada pelo poder público. Esta foi a primeira (e única) edição na qual representantes do governo vigente se pronunciaram a respeito do tema da série no período de sua publicação. A declaração apresenta um tom de resposta às vezes em que a série mencionou a participação do Estado na repressão da violência e na distribuição de acesso a direitos como ineficaz. Este argumento foi colocado na série via declarações de MV Bill e Celso Athayde e por algumas falas das mulheres entrevistadas pelos autores das reportagens.

No dia 30 de outubro de 2007 as “tias do tráfico” tiveram destaque na série. Mesmo com o espaço significativamente reduzido, o anúncio da série permanecia na primeira página. Mantendo o padrão explicativo, a reportagem detalhava as atividades que normalmente seriam atribuídas a essas personagens da rede de comércio de entorpecentes.



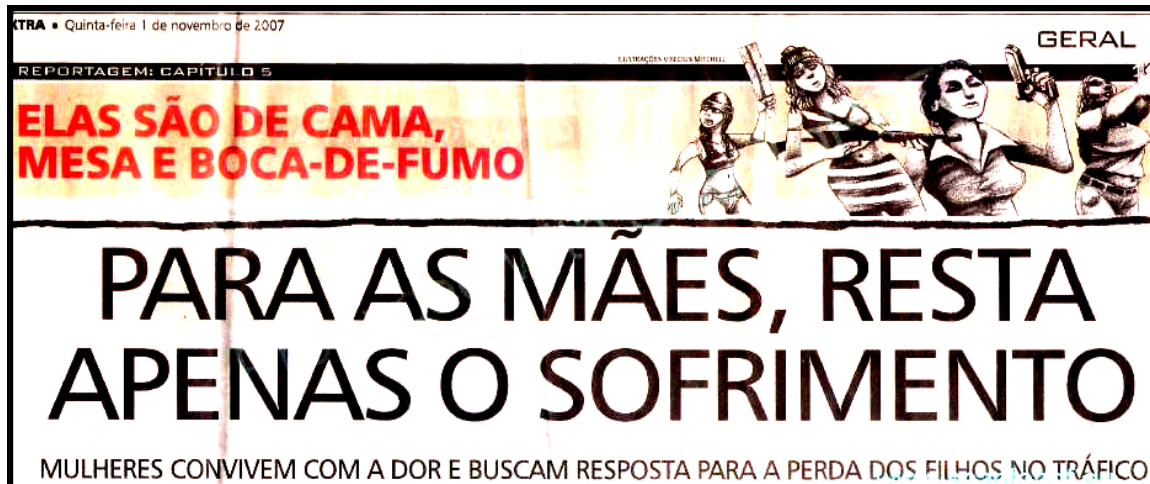
Jornal Extra 29 de outubro de 2007

Os depoimentos das entrevistadas explicitavam características da relação entre as “tias” e os traficantes, e como os moradores regiões atingidas pelo tráfico

interagem com os mesmos. Outro tema enfatizado é a corrupção policial. Na parte dedicada aos trechos do livro selecionados para compor esta edição, depoimentos concedidos a MV Bill e a Celso Athayde reforçam mais uma vez as dificuldades financeiras que teriam antecedido a adesão de algumas mulheres ao tráfico: a corrupção que se espalharia por todos os setores da sociedade, e a exposição à violência como parte do cotidiano dos integrantes do tráfico.



Neste dia a mesma matéria foi publicada ainda no Jornal O Globo. Algumas das diferenças concernem a diagramação, que neste caso, foi mais discreta. Ao invés do vermelho, a cor rosa buscava atrair o olhar do leitor em conjunto com as fotografias. O título foi mudado para *“Tias” assumem o papel de mães no tráfico*. O Jornal do dia 1º de novembro de 2007 não apresenta nenhuma menção à série na capa, mas sim à notícia da prisão de uma traficante apelidada de “vovó do pó”, num pequeno espaço da lateral da capa. Na parte correspondente à série, encontram-se depoimentos de mães de traficantes que afirmam terem perdido os filhos para a violência do tráfico. Nesta matéria, outra forma de adesão ao tráfico foi revelada: a busca por aproximação por parte destas mulheres a seus filhos envolvidos com o comércio de drogas. A foto colocada em destaque mostrava uma mulher no escuro olhando de um local alto para a cidade que se espalhava abaixo de seus pés, representada pelos inúmeros pontos de luminosos. O fim da série ratificou a mensagem de que os integrantes do tráfico também são vítimas das desigualdades sociais, da corrupção, e que suas mortes simbolizavam perdas trágicas para muitas famílias.



Jornal Extra 1 de novembro de 2007

O esforço das reportagens chamou a atenção outra vez para o tema da entrada de jovens no tráfico de drogas, ainda que com uma projeção menor em relação ao ano anterior, quando fora apresentado um material com maior impacto sobre a população. O documentário foi citado diversas vezes pela série, e nos jornais haviam anúncios de que trechos da produção estariam disponíveis na versão *on line* do Extra.

3.2 *Falcão* voando na TV

A parceria de MV Bill e Celso Athayde com a Rede Globo transformou o documentário *Falcão: Meninos do Tráfico* em um texto televisivo. As chamadas exibidas momentos antes da exibição do documentário e após a cada pausa ajudaram a importar para a produção a temporalidade televisiva. O conteúdo de *Falcão: meninos do tráfico* não especifica lugares e nem ordem cronológica dos acontecimentos, características estas, que facilitam a aceitação da idéia proposta pelos autores de que o conteúdo do documentário é uma atualização sobre a situação das periferias brasileiras.

A veiculação de *Falcão* através de um programa que combina conteúdos diversos ajudou a transmitir aos espectadores a sensação de que eles estão diante de uma narrativa completa da atualidade. De acordo com Dutra (2005) este tipo de programação que reúne conteúdos informativos e voltados ao entretenimento é muito difundido na atualidade. Ao contrário de muitos conteúdos televisivos contemporaneamente, o *seqüestro do olhar*³⁴ em *Falcão* não é feito por múltiplas cores. Ao invés disto, as cenas escuras ocupam grande parte da produção, até por limitações técnicas, mas também porque, segundo os diretores do filme, as preocupações estéticas seriam secundárias. A linguagem visual usada na edição do material para o documentário remete à metáfora usada intensamente no período de ascensão do iluminismo, onde a luz e escuridão significavam respectivamente o saber e a ignorância, o que também nos faz lembrar outra metáfora, desta vez cunho religioso, na qual a *Bíblia* faz menção às luzes e às trevas, como representação da salvação e da perdição. *Falcão: Meninos do Tráfico* anuncia esses dois tipos de trevas. Nele, a sociedade vive sob as trevas que encobrem as reais condições de vida destes meninos, de modo que muitos mitos em relação aos mesmos ainda são aceitos. Enquanto isso, os meninos vivem na escuridão por um conjunto de razões: pobreza, narcotráfico, violência policial e falta de perspectivas numa situação de marginalidade, que os exclui do acesso aos direitos essenciais e à obtenção da cidadania.

³⁴ Conceito exposto por Dutra (2005) que consiste em atrair e manter a atenção do espectador em uma determinada imagem.

A literatura sobre cinema e documentário desenvolve uma ampla discussão sobre o nível de representação existente no documentário e o que o diferencia da ficção. Santeiro (1978) explica que muitos documentários antigos só serviam para que os cineastas se fizessem ouvir. O autor sustenta, que tanto a ficção como o documentário, possuem formas de encenação peculiares. Na ficção, os atores usam como paradigma o personagem a ser interpretado, um modelo estético. Já no documentário, os depoentes se apropriam de modelos sociais presentes em suas visões de mundo para nortear suas falas. Assim surge a *Dramaturgia Natural*, que consiste num "conjunto de recursos expressivos de que o depoente lança mão para representar seu próprio papel (Santeiro, 1978, p. 81)." Estes recursos orientam o comportamento dos depoentes durante as filmagens. Durante o desenvolvimento da produção o depoente concilia as funções de sujeito real, personagem dramático e ator natural.

Menezes (2003) também defende a presença dessa característica nos documentários. O autor atenta para a necessidade de questionar as bases da relação entre a imagem e a realidade e utiliza os três grandes clássicos das ciências sociais para ver como essa dinâmica se dá no meio científico. Tanto Marx, como Weber e Durkheim concordam que o olhar comum, sem nenhum artifício, é incapaz de nos revelar a realidade, pois ele está repleto de elementos que a encobrem como as pré-noções, o caos, as ideologias e os fetiches. Menezes coloca a necessidade de pensar a própria definição de documentário enquanto representação da realidade, refutando a idéia propagada inicialmente de que este não possui parcialidade. Além disso, o autor destaca que no momento em que o espectador assiste a um documentário, há um processo de representificação, que Menezes define como

a forma de experimentação em relação a alguma coisa, algo que provoca reação e que exige nossas tomadas de posição valorativas, relacionando-se com o trabalho de nossas memórias voluntária e involuntária que o filme estimula (MENEZES, 2005, p. 94).

Leite (2001) estuda o uso das imagens no tratamento de questões sociais em documentários produzidos a partir da década de 80 e como essas produções se relacionam com as categorias: organização comunitária, cor e cultura. A autora sustenta que as representações sobre favelas e periferias da década de 80 nas ciências sociais e nos movimentos sociais consideravam essas localidades como

lugares depositários de preconceitos. A partir da década de 90 as favelas passaram a ser representadas como

fonte de violência que atinge as cidades por força da atividade de quadrilhas de traficantes ali sediadas e do confronto armado entre essas e a polícia (LEITE, 2001, p. 107)

De acordo com a autora, esta visão foi expressa nos documentários da época. Alguns colocavam a violência como elemento central, tendo suas variadas formas de manifestação exploradas. Em outras produções a violência era mostrada como parte integrante da rotina das periferias, mas não como a principal característica das mesmas.

Em *Falcão: Meninos do Tráfico* temos maior aproximação com a primeira forma de abordagem dos documentários exposta por Leite. A violência é uma categoria central em *Falcão*, no entanto, tem uma apresentação diferenciada, pois ela é tratada como um erro que não é imputado apenas aos portadores de armas, mas figura como uma responsabilidade da sociedade em geral. Os agentes da violência em destaque no documentário (os traficantes) são incluídos no grupo das vítimas da violência.

Minutos antes da exibição de *Falcão: Meninos do Tráfico*, algumas chamadas anunciaram o documentário. Os apelos deixaram claro que nunca, ou pelo menos há muito tempo, a comunicação de massas não chegava tão perto desse mundo. E mais: ele mostraria também um olhar diferenciado, pois não era mais um repórter chegando a um “morro para entrevistar traficantes, era o resultado de uma extensa pesquisa iniciada há aproximadamente sete anos por pessoas que gozavam de certa credibilidade por parte desse grupo marginalizado. Ainda antes de iniciar a apresentação, MV Bill conversou brevemente com Glória Maria (apresentadora do programa Fantástico na ocasião) e falou a respeito das suas intenções em relação ao documentário:

Eu sempre vivi perto dessa realidade, eu vivo no meio dela e sempre vi esse problema sendo tratado por sociólogos, antropólogos e especialistas da área de segurança que não vivem essa realidade. A idéia é permitir que o país faça uma grande reflexão sob um novo ponto de vista, acho que um novo olhar, que é a visão dos jovens que sempre são colocados como culpados, sempre considerados como os grandes culpados de toda essa tragédia (declaração de MV Bill ao Fantástico no dia 19 de março de 2006).

Em seguida Glória Maria apresentou o documentário como fruto da parceria da CUFA e da produção do Fantástico, que editou o material. MV Bill explicou que a confiança conquistada por ele entre os *falcões* resultou da crença que eles e seus familiares possuíam no projeto. MV Bill destaca também a colaboração das mães dos meninos, que muitas vezes faziam questão de avisar sobre a morte dos filhos, atitude que MV Bill considerou como mais um sinal de confiança no seu trabalho.

As primeiras imagens do documentário foram de Brasília, do centro do poder político do país. Em seguida, um depoimento de MV Bill dizendo que não possui muitas preocupações estéticas, mas tem por prioridade mostrar um problema que é ignorado por muitos, e o primeiro passo para solucioná-lo é romper esta barreira, impedindo que este mundo continue a ser ignorado. A fala servia como narração das imagens das favelas mostradas no momento.

As periferias brasileiras foram o cenário da produção. A narrativa foi estruturada a partir de temas propostos pelos autores enquanto entrevistam os meninos. Logo no início, temos a definição de *falcão*, e das atribuições que lhes são dadas. MV Bill os define como “aquele que vigia a favela” e logo após o depoimento de um deles foi complementado pelo de MV Bill dizendo que *falcão* é aquele que trabalha no tráfico noturno, por ser como um pássaro que não dorme à noite. Enquanto MV Bill indaga um dos meninos sobre o que este carrega na mochila, o jovem abre a mesma explicando que leva a “carga”, ou seja, a droga a ser vendida nas ruas. No entanto, as embalagens tinham uma peculiaridade. Muitas delas continham uma fotografia de Osama Bin Laden, homem que foi transformado no símbolo do terrorismo após os ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova York. MV Bill não pergunta ao garoto o significado que ele atribuiria à gravura exposta nas embalagens das drogas, mas sobre elas é aplicado um *close* de modo que a câmera fecha na imagem tempo suficiente para que a mesma seja facilmente reconhecida, mesmo nas condições precárias de iluminação.

Em outra situação, foi feita uma exposição mais detalhada das atividades desenvolvidas no tráfico, pelos próprios traficantes. As falas foram esporadicamente complementadas pelas explicações de MV Bill. Foram apresentados o *vapor* e “o que fica na contenção”, ou *fogueteiro*. Na definição de “vapor” dada pelo traficante, o encarregado desta tarefa tem a função de “fazer dinheiro para a boca”. MV Bill

completa a explicação dizendo que esta tarefa é desempenhada na maioria das vezes por menores de idade. Juntos, os *fogueteiros* e *falcões* compõe a segurança do tráfico. A grande preocupação do *falcão* é vigiar os locais dominados por seu grupo o tempo todo.

O arranjo bélico não é o único artifício usado para garantir a segurança. Há ainda outras formas de evitar os conflitos, pelo menos com uma das fontes geradoras de violência contra traficantes: a polícia. Gradativamente, uma tela negra ocupa todo o espaço disponível, e na cor branca, surgem as três palavras que dão nome a essas relações perigosas (para ambos os lados): *arrêgo*, “propina” e “suborno”.

Esta fase do documentário tratou da negociação entre traficantes e policiais para que estes não entrem nas favelas. De acordo com os depoimentos exibidos, as situações que possibilitam o pagamento de propina são basicamente duas: a captura de traficantes pela polícia, que pode ou não acarretar prisões de acordo com a negociação feita com os policiais. Há ainda o pagamento para evitar a aproximação dos policiais, evitando a entrada destes nos esconderijos dos traficantes mediante ao acordo que pode valer mais ou menos, de acordo com o “plantão”, ou seja, com os policiais de serviço no dia.

Uma pergunta de MV Bill conseguiu extrair dos depoentes impressões e sentimentos que os meninos do tráfico nutrem em relação aos policiais. Um jovem lhe contou que conseguiu escapar da prisão porque entregou tudo o que tinha e ainda ficou devendo R\$ 500,00 aos policiais, no mesmo dia da conversa gravada com MV Bill. O entrevistado revelou que apanhou muito dos policiais e que por pouco não foi detido. MV Bill faz então a seguinte pergunta: “- Então eles não são tão ruins assim?”. A primeira reação do entrevistado foi claramente negativa. O jovem afirmou que os policiais não hesitam em matar os traficantes se tiverem uma oportunidade. MV Bill reformula a pergunta apresentando o débito do jovem como um sinal de confiança nele por parte dos policiais. Ao considerar esse argumento o jovem concordou parcialmente com MV BILL. Apesar da contradição a conversa deixou explícitos os sentimentos que os jovens nutrem em relação aos policiais: medo, desconfiança e ódio. Os *meninos do tráfico* estimaram ainda o lucro que o tráfico de drogas oferece aos policiais corruptos.

Se acabar o crime acaba a polícia. Porque quem dá dinheiro pros “polícia” somos nós. Se não fosse o tráfico de drogas hoje os “polícia” ia tirar só o salário deles. Eles tiram o salário deles, mas tiram o dinheiro da propina de nós. Eles “tira” mais, que é o necessário do salário deles. Se acabar o tráfico de drogas eles vão ficar massacrados e vão ter que acabar com a polícia. Então o tráfico de drogas não vai acabar tão cedo.

No decorrer do documentário, as vozes dos meninos não são apenas utilizadas para expressar as situações das entrevistas, mas também servem para narrar situações comuns na rede de tráfico de drogas. A idéia de proximidade entre os diretores e os entrevistados é afirmada várias vezes no documentário, através do tipo de enquadramento das imagens, nas quais entrevistados e entrevistadores tem suas imagens capturadas em plano próximo freqüentemente. Podemos ver na maioria das imagens a alternância entre o *plano próximo* e o *cut up*³⁵ para filmar os depoimentos e as ações e as expressões dos depoentes, ainda que a identificação dos mesmos não ocorra. O *plano frontal*, no qual o personagem fala de frente para a câmera, também foi muito utilizado, em combinação com as variadas formas de ocultação das identidades dos entrevistados usadas ao longo da produção.

Das formas de não-identificação, as mais usadas nas imagens foram: desfocar os rostos, ou parte deles, para que a imagem fique embaçada; filmar os entrevistados de costas, suas sombras, partes de seus corpos (como as pernas), ou atrás de algum anteparo (um muro, por exemplo). Em algumas cenas os próprios jovens encobriam seus rostos com algum tecido ou peça de roupa. Na maioria das vezes esses recursos foram utilizados isoladamente. Houve ainda o *cut-up* nos olhos ou na boca dos entrevistados, buscando as expressões dos mesmos apesar de não identificá-los. Este recurso foi usado principalmente quando os depoentes falavam sobre como se sentiam diante da situação que vivenciavam.

O documentário exibido na TV foi dividido em três partes, marcadas pelos intervalos comerciais que o interromperam. Além disso, as apresentações de Zeca Camargo e Glória Maria³⁶ verbalizaram essa divisão, e com a contribuição de MV Bill, sustentavam a utilização televisiva do documentário. A primeira parte foi precedida por

³⁵ Plano próximo – o personagem é enquadrado do busto para cima, dando maior evidência ao ator (RODRIGUES, 2002, p. 29). Cut up – Mostra uma parte específica do corpo (RODRIGUES, 2002, p. 30)

³⁶ Apresentadores do programa Fantástico na ocasião.

uma apresentação geral do documentário. Ao final de cada parte, a seguinte foi anunciada chamando a atenção do espectador para temas específicos a serem tratados pela produção. As duas partes seguintes foram apresentadas pelos enunciados abaixo:

❖ Parte II –

- “O valor da vida” – os meninos que trocam a juventude sem acesso a direitos pela vida no tráfico (apresentado por Zeca Camargo)
- “O respeito pela figura da mãe e a ausência do pai” (apresentado por Glória Maria). MV Bill explicou esses acontecimentos falando sobre a morte precoce dos jovens envolvidos no tráfico de drogas. A idade de 16 anos é “o fim da linha” de acordo com o artista.

❖ Parte III –

- “Brincadeira de criança” – parte na qual a brincadeira de um grupo de crianças numa favela se confunde com a realidade. Esta passagem sustenta o argumento de que a violência decorrente do tráfico interfere no imaginário infantil.

Na segunda parte do documentário, uma mãe fala da ausência do filho que foi morto por ter se envolvido com o tráfico. O depoimento de um dos meninos expressa a destruição de sua família ao revelar que três de seus irmãos foram mortos nas mesmas circunstâncias. Foi também nesta parte, que o único sobrevivente dos jovens entrevistados disse ter o sonho de conhecer um circo e de ser palhaço. O mesmo prometeu que sairia da boca no prazo de um ano, expressando a esperança de mudar sua vida através da realização do seu sonho. Foram exibidas em seguida algumas cenas sugerindo que ao menos o sonho de conhecer o circo fora realizado com a ajuda dos autores do documentário.

Logo após, foi feito um corte para o depoimento de um menino que não apresenta esperança alguma de sair do tráfico. O mesmo declarou que seu envolvimento com o tráfico e em assaltos é a sua fonte de renda, que satisfaz suas

necessidades básicas e seu vício em drogas. Quando foi indagado por MV Bill sobre o risco de vida que corria ele respondeu: “Se eu morrer, nasce outro que nem eu. Ou pior, ou melhor. Se eu morrer, eu vou descansar.” Em seguida, a última imagem da entrevista que foi quase toda exibida em *cut up*, foi substituída por uma tela negra com letras brancas informando que este menino foi morto aos dezessete anos.

A terceira parte do documentário foi iniciada com a explicação das crianças de como elas brincam de *boquinha*. Alguns instrumentos foram utilizados para encenar as relações dos traficantes: armas de brinquedo (algumas delas muito parecidas com as reais, outras improvisadas com pedaços de metal e madeira) e, de acordo com os entrevistados, folhas de eucalipto (representando a maconha), que servem para fazer cigarros os quais as crianças chegam a acender para simular o ato de fumar. Um depoimento de MV Bill interrompeu as imagens para afirmar que o que seria mostrado era uma brincadeira, tão parecida com a realidade, que convencer os espectadores disto seria muito difícil. Os temas tratados no documentário foram representados durante a brincadeira: suborno, ameaças à polícia, venda de drogas e a execução de um suposto delator. Logo depois de “brincarem de matar um X-9³⁷”, foram ouvidos barulhos de tiros, que de acordo com MV Bill, disparados contra um suposto delator. Ao ouvir os tiros, os meninos não demonstraram medo. Eles correram, mas gritaram eufóricos: “É nós... Tá tranquilo”.

Depois da ficção e da realidade se mostrarem tão próximas no episódio narrado, o documentário mostrou a entrevista de mais um sobrevivente do tráfico, só que adulto. Na entrevista com “Betinho”, também narrada no livro, ele contou como entrou e saiu do tráfico e o que achava deste mundo. Betinho contou que desde criança via o pai participar do tráfico de drogas e teria entrado nesta rede ainda nesta fase de sua vida, em virtude da influência de seu pai e de outras pessoas envolvidas com o crime. Outro fator apontado por Betinho para explicar sua entrada no crime organizado foi a dificuldade financeira pela qual teria passado. Aos 23 anos Betinho se envolveu num confronto no qual foi ferido gravemente e ficou paraplégico. Ele continuou no tráfico até um policial lhe dizer que ele deveria procurar um trabalho porque nas condições em que se encontrava correria mais

³⁷ O X-9 é o delator; aquele que denuncia alguém à polícia ou a inimigos (BILL ; ATHAYDE, 2006, p. 251)

riscos do que os seus companheiros. Betinho disse que esta advertência o teria convencido a deixar o crime.

Os depoimentos finais assumem um tom de desabafo. Uma menina armada disse que não teve alternativa para sua vida além do tráfico. Em seguida uma mãe expôs sua preocupação com o filho de apenas dois anos afirmando que ele já sabe o que é o tráfico de tanto conviver com o mesmo.

MV Bill concluiu o documentário expondo o que seria o papel do mesmo: repensar as leis e a humanidade. O cenário final foi análogo ao cenário de abertura do documentário: MV Bill falando para a câmera dentro de um carro. Destas imagens finais poderia se extrair a seguinte mensagem: O problema foi apenas mostrado, ou atualizado. Faltam agora os esforços pra resolvê-lo.

Para concluir este item, vale destacar ainda que, no documentário, a fala e a imagem dos *meninos do tráfico* são a tônica da produção e ocupam todas as partes do filme, o que constitui um diferencial em relação às demais produções audiovisuais, mesmo as documentais. No entanto as poucas intervenções de MV Bill estruturam o filme. Este é um dos recursos utilizados na organização dos temas tratados pelo mesmo, junto com as telas negras com inscrições brancas que servem como subtítulos dentro da produção.

Em meio à polifonia gerada pelas produções que tratam do tema da violência ligada ao tráfico de entorpecentes, *Falcão* enfatiza o aumento da exploração de crianças, adolescentes e jovens por esta rede. A produção se apóia nos depoimentos dos entrevistados para reforçar o argumento de que os que estão nesta situação não tem perspectivas de acesso a direitos essenciais, e que o Estado deve rever o modo como tem tratado essa questão.

Temas como a corrupção e a violência policial, as desigualdades sociais e a participação de pessoas cada vez mais jovens no tráfico de drogas e nos conflitos que o envolvem, já faziam parte das discussões sobre acesso à cidadania e sobre segurança pública ao menos desde a década de 90. No entanto, poucas eram as produções audiovisuais que continham depoimentos extensos de pessoas que protagonizaram episódios violentos, principalmente dos que estavam nas redes ilícitas. A violência é uma categoria central na produção, mas é encarada como um

erro compartilhado entre todos os setores da sociedade. Os jovens portadores das armas de fogo nas regiões pobres são considerados pelo documentário *Falcão: Meninos do Tráfico* uma parcela da população vitimada pela violência urbana. Ademais, alcançar visibilidade nacional através de um espaço privilegiado no horário nobre de uma emissora de televisão aberta favoreceu decisivamente a mobilização em torno do tema.

Como os discursos defendidos nas obras de Celso Athayde e MV Bill, atores que atualmente figuram como uns dos poucos representantes das favelas junto ao poder público³⁸ seriam recebidos por jovens que moram em uma dessas regiões afetadas pelo tráfico de drogas?

³⁸Celso Athayde e MV Bill são coordenadores da CUFA(Central Única de Favelas), uma das instituições que integram o F4 – favela a quatro. O F4 consiste na parceria ente a CUFA, o Observatório de Favelas, o Grupo Cultural Afroreggae, e o Nós do Morro firmada em 2007 para discutir e programar ações que previnam a violência em regiões pobres. Fonte: <http://www.une.org.br/home3/cultura/cultura_2007/m_6777.html>. Acesso em:08 ago. 2009.

4 JUVENTUDE, SOCIABILIDADE E TRÁFICO NAS FAVELAS CARIOCAS: COMO OS JOVENS DA MARÉ APROPRIAM-SE DAS REPRESENTAÇÕES DESTES TEMAS E DE FALCÃO

Este capítulo tem a finalidade de expor as análises obtidas a partir do trabalho de pesquisa desenvolvido conforme a metodologia descrita na introdução. Aqui destaco a percepção dos jovens sobre como estes se definem em termos da ocupação do espaço urbano, e como isso se relaciona com a representação de violência urbana e com as representações construídas sobre moradores de favelas. Cabe ainda a esta parte a discussão dos sentidos que os jovens entrevistados atribuem ao documentário falcão e às imagens a eles expostas durante as entrevistas.

Na primeira parte da pesquisa, onde medie a discussão em torno das condições de vida na Maré observei a percepção que os jovens entrevistados apresentaram em relação ao acesso a bens de direito por parte dos moradores de favelas. Os jovens destacaram muitos entraves em relação a este assunto. A questão da violência, e a forma como os moradores de favelas são representados no espaço público e nos meios de comunicação influenciariam negativamente o acesso a grande parte desses direitos, como saúde e educação. De acordo com o depoimento de alguns jovens, há ocasiões em que faltam médicos e enfermeiros no posto e professores nas escolas, devido ao medo que os profissionais teriam de trabalhar no local.

O acesso ao mercado de trabalho formal seria dificultado pela estigmatização dos moradores de favelas, por vezes apoiada por alguns setores da mídia como afirmam os jovens

Acho que eles tem que se interessar mais pelo lado bom e não só pelo lado ruim, entendeu? Porque às vezes a gente vai procurar emprego, quando você fala que mora na favela eles torcem o nariz

Esta foi uma das colocações que questionaram a forma como moradores de favelas são expostos em jornais e canais de televisão. Na semana em que ocorreu a primeira sessão um jovem foi morto durante uma operação policial ocorrida na Maré. Alguns jovens foram enfáticos em relação a esse assunto e utilizaram o episódio como exemplo.

M1 – Eu não gosto de morar em comunidade... sabe por que eu não gosto?

H1 – Somos todos considerados favelados!

M1 – É. Somos considerados favelados. Um acontecimento desses: eu estou andando na rua, estou saindo de um curso, de uma igreja, de qualquer outro lugar e aí eu levo um tiro, e cai na televisão que eu sou a menina do tráfico. Poxa...

Este seria um dos casos em que a criminalização da pobreza seria efetuada pela ação policial e confirmada pelos meios de comunicação. Todavia, os jovens também colocaram os riscos que a atuação como policial oferece a estes profissionais. A remuneração dos soldados da polícia não seria compatível com o perigo ao qual os policiais são expostos, principalmente os que atuam nas ruas. Com essas declarações os jovens buscaram ressaltar não apenas os aspectos negativos que percebem na atuação policial, mas também tentam identificar problemas estruturais no âmbito da segurança pública que, a seu ver, contribuiriam com o avanço da violência urbana.

Essas foram algumas considerações dos jovens a respeito das tensões entre as representações dos moradores de favelas e as representações formuladas na esfera pública em relação a este grupo.

Na seção seguinte exponho o desenvolvimento dessas representações estimulado pela exposição de imagens sobre temas específicos.

4.1 Interagindo com imagens

As imagens apresentadas aos jovens foram introduzidas na pesquisa sob sugestão de minha orientadora, como uma “entrada” que permitisse desenvolver maior familiaridade entre a pesquisadora e os pesquisados, de modo que eles se sentissem mais à vontade para falar a respeito dos temas tratados no documentário *Falcão* quando este fosse exibido, e também que falassem mais brevemente sobre suas rotinas .

Selecionei treze imagens que contemplaram assuntos diversos, como o lazer, a violência, a prática de esportes, além de alguns temas citados nas discussões anteriores. A atividade proporcionou resultados positivamente inesperados (houve participação mais equilibrada entre os participantes e foi o primeiro dia em que os percebi mais à vontade diante da minha intervenção como pesquisadora). Além disso, este foi o único dia em que não tiveram suas falas mediadas pela coordenadora da ONG “Luta pela Paz”, através da qual tive acesso aos jovens da Maré. Deste modo, considero necessário expor o quanto esta atividade foi produtiva. A seguir serão reveladas algumas das imagens que os jovens discutiram. Selecionei para este trabalho as que mais se relacionavam com a temática proposta na dissertação.

As duas primeiras imagens foram dois planos aéreos da própria Maré. O primeiro plano dataria da década de 60 de acordo com a fonte; o segundo não tem data específica. A escolha por estas fotografias alude às referências históricas em relação às favelas. Meu objetivo era captar como eles se relacionariam com uma representação do passado do local onde vivem.



Fonte: Maré. Palafitas sobre a Baía de Guanabara. Data: Década de 1960.

Fotógrafo: Não identificado. Foto: Arquivo Orosina Vieira - Rede Memória/CEASM³⁹



Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã⁴⁰

³⁹ Favela tem memória. Disponível em :

<http://www.favelatemmemoria.com.br/galeria_mare.asp?DIR=mare&Type=2&img=fav_mem_mare_gal.jpg>

Acesso em: 28 abril 2009.

Os jovens reagiram às imagens acima buscando reconhecer o local mostrado pelas fotografias (ainda que em tom de brincadeira). Tão logo apresentei as imagens, os entrevistados anunciaram que se tratava da Maré e quiseram saber de quando era a imagem. Eu lhes devolvi a pergunta e os mesmos não arriscaram a responder, o que me fez respondê-la. Poucos afirmaram ter tido algum familiar que tivesse morado na Maré nesta época, isto é, em palafitas ou em condições tão precárias de urbanização.

O reconhecimento do lugar onde moram através de uma fotografia de décadas atrás enuncia, ainda que de um modo tímido (pois essas imagens não renderam muitos comentários), que esses jovens compartilham uma memória sobre o local onde moram. No caso da imagem das palafitas, esta memória estende-se até aos que não viveram na Maré, pois se tornou símbolo da localidade, sendo fartamente divulgada pelo CEASM e no museu da Maré⁴¹. No entanto, não me foi possível averiguar as origens desse reconhecimento, que pode ser oriundo de diversas fontes, como dos projetos sociais voltados para essa questão ou da convivência deles com moradores mais antigos.

⁴⁰ Favela tem memória. Disponível em

<http://www.favelatemmemoria.com.br/galeria_mare.asp?DIR=mare&Type=2&img=galeria_mare_timbau01.jpg>. Acesso em: 28 abril 2009.

⁴¹ O CEASM(Centro de ações Solidárias da Maré), organização da sociedade civil que desenvolve projetos sociais ligados a educação e à cultura, criou na região um museu com o objetivo de incentivar os moradores a conhecer e a auxiliar na composição da história da Maré. A proposta é integrar a região da Maré à cidade e aumentar a auto-estima dos moradores.

Fonte: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materias/0314.html>>. Acesso em: 10 ago. 2009.



Fonte: Foto: A. F. Rodrigues / Imagens do Povo

A imagem acima foi extraída do sítio do “Observatório de Favelas”, e foi uma das selecionadas para compor a exposição “Esporte na Favela”, realizada pelo “Imagens do Povo” em 2007. O “Imagens do Povo” é uma agência fotográfica que faz parte do “Observatório de Favelas do Rio de Janeiro”. A agência oferece cursos de fotografia para moradores do conjunto de favelas da Maré, não apenas com a aspiração de qualificar profissionalmente as pessoas atendidas, mas também de reconstruir o imaginário sobre as favelas através da linguagem fotográfica.

Carminati (2009) analisa em seu trabalho como essa mediação peculiar ocorre e observa as camadas presentes nas fotografias dos que compõem esta instituição.

O autor destacou a camada autoral, ou seja, a que corresponde ao que o fotógrafo elege como digno de ser registrado. A esta se unem outras duas: a política, referente ao compromisso assumido pelos autores de não mostrar uma favela reificada, e a institucional, que diz respeito ao cumprimento das exigências feitas pelo cliente que contratou a agência. Em meio a essas camadas, podem surgir tensões nas quais umas podem prevalecer sobre as outras, como num exemplo citado pelo autor a partir de um depoimento dado a ele por um fotógrafo do “Imagens do Povo”. Neste, o entrevistado expressa a dificuldade de preservar os valores que defendia, vendo-se diante da obrigação de capturar imagens a serem utilizadas numa propaganda publicitária encomendada por uma empresa a qual o fotógrafo considera ser colaboradora da exclusão social, mas ainda assim teve de tirar as fotografias.

Para efeito desta análise considerarei ainda uma quarta camada, a do espectador. A fotografia acima, tal como outras que apresentam crianças brincando ou praticando esportes na Maré, parecia uma forma de dizer que as crianças da maré gostam e deveriam brincar como todas as outras. Contudo, quando a apresentei aos jovens entrevistados, eles comentaram a escassez de equipamentos de lazer na região e como este fator influencia na segurança das crianças. Uma das jovens ressaltou “Ah, o lazer é muito pouco. Parece que foi outro dia... um menino foi atropelado.”



Fonte: Google (pesquisa de imagens). Acesso em: 28 de abril de 2009

A fotografia acima despertou de imediato o interesse dos jovens em reconhecer a favela de onde a foto teria sido tirada. Este interesse prolongou-se ainda por alguns minutos até que eu lhes perguntasse o que mais eles viam. Foi então que um dos jovens destacou que na foto, tinha “o lugar dos ricos e o lugar dos pobres”. Ao relacionar às favelas cariocas dois dos elementos que Wacquant (2008) identifica como componentes do *gueto*, o racismo e a segregação (neste caso involuntária), a fala resultou numa discussão ampla sobre como estes elementos são acionados em nossa sociedade. Durante a discussão, uma jovem sustentou que a exclusão social e os efeitos dela no território tendem a piorar cada vez mais quando afirmou: “daqui a um tempo vai acabar tudo em favela.”

O plano geral que selecionei com a intenção de saber se os jovens pesquisados destacariam o contraste entre favela e cidade revelou que os mesmos percebem o estigma e a coerção como fatores presentes nas suas relações com as áreas não faveladas da cidade. Na percepção dos pesquisados esse quadro se mostraria mais grave nas ocasiões em que o poder público procura demonstrar a eficiência dos equipamentos e estratégias de segurança pública, visando êxito na captação de recursos provenientes da promoção de grandes eventos internacionais.

Algumas falas mostraram preocupação em relação aos preparativos para a Copa do Mundo que ocorrerá no Brasil em 2014 e terá o Rio de Janeiro como uma das cidades sedes do evento. Na percepção dos jovens o evento influirá na circulação dos moradores de favelas pela cidade. Um jovem de 16 anos disse que, se estiver andando pelas ruas do centro ou da zona sul e for abordado por um policial, este pode se dirigir a ele da seguinte forma: “O que é que você tá fazendo aqui? E aí me dá um tapa na orelha...”

Cabe destacar, que os jovens entrevistados não teceram comentários a respeito das formas de segregação voluntárias diante da imagem exposta. A discussão gerada em torno das formas de segregação convergiu para a identificação dos moradores de favela como categoria estigmatizada.

A imagem seguinte coloca em pauta a questão da representação das favelas nos meios de comunicação e em particular a localidade onde os pesquisados vivem. Optei por uma imagem discreta do filme “Maré: Nossa História de Amor”, lançado em 2007, pois não pretendia que os pesquisados falassem imediatamente do mesmo. A imagem desta cena do filme, no primeiro momento, gerou alguns comentários indecisos sobre o local e o evento retratado. Chegou a ser associada ao carnaval, mas em alguns minutos a imagem foi reconhecida por um dos jovens, o único que assistira ao filme. Os demais declararam apenas ter ouvido falar da produção, mas comentaram as cenas apresentadas pelo jovem de 17 anos. Quando lhe perguntei sobre o que achava da forma como a Maré foi exposta no filme, o jovem criticou a forma como a violência foi mostrada pela produção, que teria “exagerado” em alguns trechos.

O jovem citou como um exemplo do que considerou exagerado no filme, uma passagem na qual um grupo de traficantes tomou os pontos de venda de drogas próximos a um galpão utilizado por um projeto social. No dia seguinte aos conflitos que garantiram a substituição dos “comandos”, os traficantes pertencentes ao “comando” vigente nesta região, coagiram a coordenadora do projeto a pintar a parte externa do galpão de outra cor. Diante deste relato uma jovem protestou: “Aumentaram. Também não exagera que uma pessoa vai mandar pintar o barraco. Aqui não tem isso não!

Ainda que o filme seja um musical, repleto de cenas com música e dança, e que contenha cenas nas quais a discriminação dos moradores de favelas e a corrupção policial são debatidas, a produção está diretamente ligada a um dos elementos constitutivos da identidade dos jovens de acordo com Peralva (2000), o grupo de referência. . Assim que identificaram o filme foram feitas várias críticas às cenas de agressão e aos conflitos armados. A imagem de aparência festiva, que retratava um momento do filme onde a favela era mostrada como um local rico em manifestações artísticas, despertou protestos contra outras passagens da produção, nas quais os entrevistados perceberam a exposição da favela como *locus* da violência, percepção esta, que atinge diretamente um dos elementos que constituem a identidade destes jovens.



Fonte: Maré: Nossa História de Amor. 2007 (divulgação)

A fotografia a seguir é proveniente do filme “Cidade dos Homens”. Este também chegou aos cinemas em 2007. Diante dela, os entrevistados tentaram identificar a favela na qual a laje fotografada poderia estar. Quando lhes indaguei

sobre o que mais aquela imagem lhes faz pensar, uma das meninas (de 16 anos), relatou uma ocasião na qual andava por outra favela e um jovem, que a mesma identificou como traficante, teria percebido que ela não morava na localidade e lhe perguntou a respeito da sua visita. A entrevistada mostrou-se surpresa diante das estratégias de controle de circulação de pessoas usadas pelos traficantes, segundo a mesma “quando você é de fora, eles sabem”.

Outra jovem expôs as dificuldades que alguns jovens teriam para deixar integrar o crime organizado. A mesma citou exemplos de jovens que conciliam outra atividade remunerada com o tráfico, o que também serviria como um meio de reduzir os riscos da atuação no mesmo, já que o tempo dedicado a este diminuiria. A imagem mostrada não foi reconhecida como parte de um filme, apenas quando revelei a fonte um dos jovens tentou recordar algum trecho da produção cinematográfica.



Fonte: Cidade dos Homens⁴².

⁴² Disponível em < <http://www.cidadedoshomens.com.br/pt/>>. Acesso em: 28 abril 2009.

A próxima imagem é de mais um filme lançado em 2007: *Tropa de Elite*. Esta foi um catalisador para as críticas à violência e à corrupção policial. Apesar do reconhecimento imediato, os entrevistados praticamente não falaram do filme. Após o primeiro comentário feito por um jovem, que criticou a atuação policial nas favelas, as falas seguintes referiram-se a exemplos de abuso de poder na Maré que presenciaram ou sobre os quais souberam. A única cena do filme citada nos comentários foi a de um policial que invade um barraco e rouba um tênis do morador, alegando que este não teria dinheiro para comprá-lo, portanto o calçado devia ser roubado.

Uma das entrevistadas relatou, através de seu depoimento, um caso em que teria sido alvo de danos morais, mas diante da incerteza em relação aos seus direitos e da possibilidade de uso da força pela polícia, não se viu em condições de reivindicar uma abordagem de acordo com a lei.

Uma vez, eu tava dentro de casa, aí eles viram, bateram na porta, eu peguei e abri e aí eles: “- Ó, vou entrar aqui pra dar uma olhada.” E eu: - Não, pera aí que eu vou chamar a minha irmã. Eles: - Não. Não vai chamar ninguém não! Aí eles entraram e tinha um rack cheio de foto, assim... Aí eles pegaram as fotos e ficaram: Quem é essa daqui? Essa daqui é bonitinha hein?! Ela é da onde? Falando das minhas fotos. Não minhas, da minha família. Entendeu? Achei isso o maior abuso! Procuraram, não encontraram nada (lógico) e saíram. Achei o maior abuso, que não deveria ser assim não. Até porque, eu não entendo muito bem disso, mas tem que ter mandado pra entrar. Um colega meu, que é trabalhador, uma vez levou uma porrada. Nada a ver! Eu não gosto de polícia, mas também não sou a favor de bandido não! Mas não gosto de polícia. São muito abusados! É muito difícil você ver um policial que é honesto.



Fonte: Tropa de Elite (2007)

A fotografia seguinte sem dúvida foi uma das que mais rendeu comentários. Dentre os filmes que abordaram a questão do tráfico nas favelas foi o de maior repercussão, e o que circula há mais tempo no mercado. Extraída do filme *Cidade de Deus* (2002), a imagem foi reconhecida imediatamente e suscitou críticas e elogios ao filme.



Fonte: Cidade de Deus (2002)

A maioria dos comentários criticava algumas cenas onde foram mostradas situações que, segundo os jovens, não fazem sentido na favela. Cenas nas quais os traficantes desrespeitam os moradores que são “trabalhadores” (este foi o termo empregado para definir os que não se aliam ao narcotráfico), crianças assaltando na *comunidade* e distribuição de armas na favela por parte dos traficantes, seriam algumas das passagens *sem noção*. Ademais, essas cenas provocariam a banalização do crime e da violência. Deve-se notar entretanto, que a discussão da imagem e dos significados que evocava ficou no plano do filme, não levando a discussão de se o mesmo ocorria (ou não) na favela.

Os jovens discutiram, ainda a partir dessa imagem, algumas explicações para a presença de crianças no crime, que não seriam tão simplificadas como eles afirmam ser no filme. A entrada de pessoas cada vez mais jovens no tráfico de drogas seria, de acordo com os pesquisados, relacionada à influência de pessoas próximas às crianças, como eles colocam na discussão seguinte:

Menino 1 – No meio da favela os menorzinhos vão roubar? Roubar à vera, meter bronca?

[discussão]

Menina 2 – E aí os bandidos davam arma pros meninos por qualquer motivo.

Menino 1 – Vai ver se um bandido vai dar arma pro menor porque ele levou um tapa na cara ou porque mexeram com a irmã dele?

Menina 1 – Às vezes acontece de um menor de idade tá com a arma na mão. Mas por quê? Porque o pai incentiva. Por que o pai ensinou a criança a ir na boca de fumo. Então a criança já cresce com aquilo ali na mente dela: arma... Sexta-feira, tava lá perto do baile quando o homem, com a filha dele, pequenininha, com uns quatro ou cinco anos, falou: - Você pode olhar a menina? Aí ele foi conversar com o homem, que é bandido e eu fiquei lá olhando a menina. Aí eu disse: - Ó, eu vou embora... e ele – Tá bom. Valeu. Tava lá comprando droga. E a menina só olhando assim. Aí eu pensei assim: Caraca! Maior vacilão! Ir com a menina na boca.

Menina 2- Lá perto da minha casa também é assim. Tem uma boca de fumo e as crianças ficam tudo lá perto.

4.2 Do diálogo com *Falcão: Meninos do Tráfico*

O intento desta seção é apreender a forma como as percepções expostas pelos jovens pesquisados se relacionaram com os temas expostos no documentário *Falcão: Meninos do Tráfico*. Para tal selecionei temas debatidos durante a exibição do filme e analisei as possíveis variações nos discursos apresentados durante os debates antes e após a exibição de *Falcão: Meninos do Tráfico*.

Dentre os temas que integraram os debates, serão examinados aqui a atuação policial nas regiões favelizadas, a adesão ao crime organizado na fase juvenil e as considerações tecidas pelos entrevistados a respeito do filme.

Quando perguntei aos jovens se já haviam assistido ao documentário, apenas um deles declarou tê-lo assistido no dia em que foi ao ar no programa “Fantástico”, da Rede Globo. Os demais disseram ter apenas ouvido falar da produção.

A discussão em torno da inserção na rede do crime organizado no período conhecido como o da “juventude” foi discutida pelos entrevistados como um evento que se relaciona a variados fatores. À princípio, a discussão foi orientada pelo tema da influência de familiares e pessoas próximas sobre as crianças. De acordo com a fala de uma jovem, a proximidade em demasia com os traficantes (estar presente à compra de drogas ou, mesmo, o relacionamento mais próximo) de uma pessoa que serve de referência para a criança poderia desencadear uma carreira criminal futuramente.

O tema família é discutido em grande parte do documentário. A produção coloca em evidência jovens que não conheceram, ou tiveram pouco contato com a figura paterna. Diante disto é possível afirmar que o documentário *Falcão* mobiliza elementos do conceito de “desorganização social” para fundamentar a hipótese que seus diretores sustentam a respeito das motivações para a inserção na carreira criminal na fase juvenil. Como Zaluar (1985) destaca, este seria um conceito associado às teorias de “cultura da pobreza”. O conceito de “desorganização social” atém-se a um paradigma familiar para sociedades diversas.

De acordo com MV Bill, essa desestruturação familiar coloca sobre o jovem pobre a responsabilidade de sustentar a família na falta da figura tradicional do

provedor. Sem ter acesso à educação formal e à qualificação profissional, as chances de obter fontes de renda lícitas seriam diminuídas ao extremo. Deste modo, alguns desses jovens veriam no tráfico de drogas um modo de sobrevivência. Na entrevista que compõe o DVD do documentário MV Bill comentou como, a seu ver, a “sedução pelo tráfico” ocorreria:

Esse jovem, ao não conhecer o seu pai, começar a ser seduzido pelas coisas boas da vida, pela televisão, pelo seu vizinho (que às vezes a sedução não vem só do playboy, às vezes da família estruturada que mora ao lado dele). É o ... racismo mais cruel, que eu chamo, que tá dentro do gueto. A família que tem uma condição um pouquinho mais, de manter o seu filho na escola, mais estruturada, acaba agredindo a outra do lado que não tem absolutamente nada(...). Esse jovem, com 14 anos, que não é mais criança, mas também não é adulto, ele passa a ser o chefe da família, ele passa a ser o dono da casa com apenas 14 anos de idade. E aí ele vai buscar na rua o que faz jus a esta posição que ele acaba de assumir: chefe da casa.

Todavia, durante as discussões ocorridas após a apresentação de *Falcão: Meninos do Tráfico*, outras explicações dividiram o espaço com a primeira. Além da falta de oportunidade de acesso a renda, enfatizada no documentário, a adesão por opção foi mencionada. Esta última explicação foi colocada especificamente quando o jovem não seria considerado vulnerável a esta situação.

Menina 2 – Tem gente que até tem condições mas entra por safadeza mesmo. Vê a vida do crime, dinheiro fácil. Quando tiver na favela é as mil flores, mas quero ver quando tiver foda, entrar a polícia aí e matar todo mundo.

Menina 2 – É porque às vezes a pessoa não consegue arrumar um emprego. É a parte do crime que deu a oportunidade de ganhar algum dinheiro. Porque emprego não é fácil. Você procura, procura, procura e não consegue.

Menino 2 – O cara vai pra endolação mesmo. Arrumar um dinheiro.

No que concerne aos comentários sobre as ações policiais em favelas, a reação exposta pelos entrevistados a este assunto praticamente não sofreu alterações. O documentário dedica uma seção aos relatos dos *meninos do tráfico* sobre a corrupção e violência policial e outra, nos momentos finais, que colocava o exemplo da atitude de um policial que tentou (e conseguiu) convencer um criminoso a deixar o tráfico. Nesta última passagem, o depoente disse ter deixado o crime com

a ajuda de um policial que teria lhe oferecido um trabalho. Um dos jovens contesta a cena dizendo que o fato é até possível, mas no mínimo incomum, e acirrou a discussão.

Menino 4 – O policial, eu vejo assim, os policiais vem logo pra matar geral. Esse negócio do policial dar conselho pro cara trabalhar...

Menina 4 – Ah tem sim. Uma vez um policial falou pro menino ali sair da boca.

Menina 5 – É um em um milhão que tem consciência, né?

Menino 3 – Também tem cara que não mata só pra ganhar o dinheiro. Pra mim é outro safado também.

Os jovens destacaram ainda que a violência teria aumentado de modo a aumentar também o temor dos policiais em relação aos traficantes. Este fator, aliado à baixa remuneração dos policiais, foi considerado como contribuinte para a corrupção e para a violência policial.

O episódio no qual um grupo de meninos moradores de uma favela brincava de *boquinha*, ou seja, de serem traficantes, foi um dos que geraram maior polêmica. Perguntei aos jovens se algo mostrado nas favelas expostas no documentário não aconteceria no Rio de Janeiro. Um deles disse, imediatamente, que a brincadeira de *boquinha* seria um exemplo do que não aconteceria na Maré, mas tão logo se pronunciou, teve sua fala contrariada pelos demais colegas. Estes chegaram a citar algumas vezes nas quais teriam visto a brincadeira. A mesma já teria inclusive assustado alguns moradores da Maré. Assim, a proposta de estranhamento em relação às demais regiões favelizadas serviu como uma forma de reconhecimento de uma atividade local.

Para falar da relação entre os moradores de favelas e traficantes destaquei em minha intervenção uma conversa entre MV Bill e um dos *falcões*, em que este, ao falar do assunto argumentou que presta favores a moradores quando estes recorrem ao entrevistado. Em troca os moradores deveriam acolhê-lo quando ele lhes pedisse abrigo. Após a lembrança desta passagem os jovens mencionaram de algumas ocasiões semelhantes, no entanto eles observaram que fatos como esses ocorreriam com pessoas conhecidas dos traficantes em fuga.

Como podemos ver no capítulo 3 MV Bill e Celso Athayde apresentaram em *Falcão: Mulheres e o Tráfico* o crescimento da participação de mulheres no tráfico de drogas, o que confronta as argumentações percebidas nas pesquisas de Zaluar (1994), nas quais os jovens entrevistados relacionam diretamente os conflitos armados aos homens com “disposição”. No entanto em ambos os trabalhos notou-se a utilização do discurso da busca por proteção (ou pela sensação de tê-la), por meio do porte de armas de fogo. Esta argumentação ajusta-se às considerações de Peralva (2000) a respeito da inserção nas redes ilícitas como forma de minimizar os riscos oferecidos a jovens moradores de localidades pobres. Percebemos então uma mudança na percepção social da categoria gênero no debate em torno da inserção na carreira criminal, de modo que o argumento de busca por proteção e *status* junto pessoas que portam armas é acrescido do interesse pelo acesso direto a esses valores nas falas das mulheres que integram essa rede.

A atuação de jovens do sexo feminino no tráfico de drogas foi colocada por mim na discussão através da menção a passagem em que uma menina dá um depoimento para o documentário empunhando uma arma. Alguns concordaram com a constatação de que a participação de mulheres no tráfico tem aumentado, mas não relacionaram o fenômeno à Maré. As considerações que os jovens fizeram a respeito de ligações entre mulheres e o tráfico de drogas no local onde moram limitaram-se aos relacionamentos amorosos entre estas e os traficantes, em acordo com um comentário de MV Bill no filme. Os jovens ratificaram o argumento do “fascínio pelas armas” apresentado por MV Bill no documentário, e reforçado por veículos de comunicação de massas, como a série de reportagens sobre a participação de mulheres no tráfico no Jornal Extra, que examinei no capítulo anterior. De acordo com os entrevistados, o “fascínio pelas armas” seria explicado pela sensação de poder oferecida pela condição de “primeira dama” do morro.

Menina 4 – Tem mulher que quando sabe que o cara é bandido já pisca. Porque acha assim, que o cara é dono do morro.

Menina 3 – Maria bomba. Porque aí você é mulher do bandido e tudo que você fizer ele vai tomar a sua frente.

Menino 2 – Não é todos também não. Depende de cada um.

Menina 3 – Tem mulher que é abusada. Tá com o bandido e quer tirar onda com a cara de todo mundo.

A principal crítica dirigida ao documentário foi em relação à ausência da perspectiva de outro ator ligado diretamente à violência, como por exemplo, os policiais. Outra jovem questionou a inexistência de depoimentos de jovens de classe média que aderiram ao crime, alegando que “muitos jovens de classe média estão envolvidos” e indagou qual seria a motivação para isso se “(...) tem uma família bem estruturada, não tem problema de dinheiro”.

5 CONCLUSÃO

Falcão: Meninos do Tráfico traz em seu conteúdo depoimentos de crianças e adolescentes afirmando não terem outro meio de sobrevivência a não ser a participação na rede ilícita ligada ao tráfico de drogas. A ênfase nas falas sobre desestruturação familiar e dificuldades financeiras aponta para a explicação de que a adesão a carreira criminal na fase da infância ou da juventude se produz como reação a falha do Estado na promoção de acesso a direitos de forma universalizada, e à estigmatização das populações pobres e moradores em favelas por parte da sociedade.

A partir das contribuições dos autores mencionados no decorrer deste trabalho, notamos que muitos outros aspectos devem ser considerados na explicação deste fenômeno. Zaluar (1994) destaca formulações que se baseiam em elementos subjetivos, expostos nos depoimentos de jovens traficantes e de moradores de favelas, como a adesão por opção, a “disposição” necessária na rede do tráfico, ou mesmo a “fraqueza” que levaria ao desvio. Estas explicações, no entanto, são complementadas, ou mesmo substituídas pela conjuntura sócio-econômica do país, e os efeitos nocivos que causaria às condições de vida dos jovens pobres de acordo com o perfil da pessoa entrevistada pela pesquisadora.

Outros fatores devem ser destacados, como vinganças pessoais e a corrupção política e institucional que prejudica o combate ao tráfico de drogas, além da dependência química. Neste caso, o dependente químico que não dispõe de recursos para sustentar o vício vê no tráfico a única fonte de renda (ZALUAR, 2004).

Peralva (2000) acrescenta ainda a exposição de jovens moradores de regiões favelizadas a variadas fontes de risco, o que estimularia a busca de artifícios para minimizá-los na associação à rede do tráfico, já que os instrumentos legítimos não seriam suficientes para cumprir tal tarefa.

Em contato com as considerações expostas em *Falcão*, o grupo de jovens entrevistados por mim assimilou os argumentos de que as dificuldades de ter acesso a fontes de renda legítimas poderia contribuir para a adesão ao crime. Os entrevistados acrescentaram outros fatores à essa explicação, como a influência de uma pessoa próxima, ou mesmo a manifestação de uma vontade individual.

Os temas abordados nas discussões foram de fato ressignificados pelos entrevistados, mas também, em algumas ocasiões, o conteúdo apresentado colaborou para o reconhecimento de algumas práticas relacionadas ao tráfico de drogas, sendo elas atribuídas ao âmbito local ou não.

Algumas colocações presentes no documentário foram questionadas, como a atitude do policial que teria ajudado a uma pessoa a deixar o crime. Outro fator criticado foi a própria abordagem do documentário por considerar apenas a fala dos *falcões*, excluindo da narrativa a visão de outros atores ligados diretamente à violência urbana, como policiais ou traficantes que não fossem oriundos de famílias pobres.

A oportunidade de interagir com esses jovens revelou, além dos mecanismos de ressignificação que eles utilizaram ao discutir *Falcão*, a percepção dos mesmos de tensões entre diferentes representações construídas sobre os moradores de favelas. Os assuntos colocados em pauta por *Falcão* foram tanto debatidos em termos dos argumentos que apresentaram, quanto adicionados de outros ou mesmo contestados.

Um dos temas acrescidos aos debates que tivemos durante a pesquisa, foi a preocupação com os métodos de repressão à criminalidade utilizados no Rio de Janeiro quando a cidade sediou um evento internacional de grande porte que recebeu grande atenção dos meios de comunicação de massas: os jogos pan-americanos de 2007. O saldo de dezenove mortes proveniente das incursões realizadas em favelas dias antes do início do evento traz (sobretudo para moradores de favelas) insegurança quanto a estratégia a ser adotada num evento de proporções ainda maiores como será a copa do mundo de 2014.

As discussões geradas pelos recursos imagéticos apresentados aos pesquisados demonstraram que a exposição crescente da violência urbana nos meios de comunicação contribui para a formação de representações que disputam legitimidade no espaço público e produzem efeitos variados sobre a sociabilidade urbana. Uma análise cabível seria a respeito da influência dos discursos midiáticos sobre a implementação de políticas públicas de segurança pública e de direitos humanos, e qual (is) conceito (s) de juventude são mobilizados pelos condutores das mesmas na atualidade. Cabe lembrar ainda dos diversos projetos elaborados por

organizações da sociedade civil que tem os jovens como público principal. Tanto nas políticas, como nos projetos, vemos que o propósito de “proteger o jovem” e o de “proteger a sociedade” (da criminalidade) se confundem, e por vezes orientam ações que não produzem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres”, mas prendem a atenção e ocupam sua clientela momentaneamente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* *Juventude, violência e cidadania* (Relatório de pesquisa). Brasília: UNESCO, 1997 (mimeo).

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER. “A indústria cultural”. In: COHN, Gabriel (Org.) *Comunicação e indústria cultural*. 2.ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1971.

ALMEIDA, Suene dos Santos de. *O Viva Rio e a construção de uma Cultura da Paz: Cidadania, violência e paz na campanha do desarmamento de 2004*. 2007 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas , Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ALVES, Maria Elisa ; ARAÚJO, Vera. União para tirar ”falcões” das garras do tráfico. *O Globo*. Rio de Janeiro, p.16 1 abr. 2006.

ALVIM, Rosilene; PAIM, Eugênia. “Crianças e adolescentes no cinema: o cotidiano de crianças e adolescentes das classes populares através da imagem” In: ALVIM, Rosilene; FERREIRA JR, Edídio ; QUEIROZ, Tereza (Orgs). *Jovens e juventude*. João Pessoa: Ed. Universitária. PPGS/UFPB, 2005.

_____. “Os jovens suburbanos e a mídia: conceitos e preconceitos” In: ALVIM, Rosilene ; GOUVEIA, Patrícia (Orgs). *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Contra Capa Livraria, 2000.

ALVIM, Rosilene. “Olhares sobre a juventude ” In: NOVAES, Regina; PORTO, Marta ; HENRIQUES, Ricardo (Orgs.). *Juventude, Cultura e cidadania*. Rio de Janeiro: ISER, 2002, p. 43-56 (Comunicações do ISER - número especial).

ATHAYDE, Celso ; MV BILL. *Falcão: meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

_____. *Falcão: mulheres e o tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical – a renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990. apud VALLADARES,

Leia. “A favela das ciências sociais” In: *A invenção da favela. Do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão [Seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos]*. Trad. de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAZILIAN ARTISTS. Disponível em:

<<http://www.brazilianartists.net/events/mvbill/mensageirodaverdade.htm>>. Acesso em: 11 maio 2009.

CANDANGO. Disponível em:

<http://www.candango.com.br/aplicacoes/materia/index.cfm?id_area=74&id_conteudo=5112>. Acesso em: 11 maio 2009.

CARMINATI, Thiago. “Imagens da favela, imagens pela favela: etnografando representações e apresentações fotográficas em favelas cariocas” In: GONÇALVES, Marco Antônio ; HEAD, Scott. *Devires imagéticos: a etnografia, o outro e suas imagens*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1986 apud VALLADARES, Lícia, “A favela das ciências sociais” In *A invenção da favela. Do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CEZIMBRA, Márcia. A vez das meninas. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 46-47, 17 set. 2006.

CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Brasil 130 min. 2007, 35 mm.

CIDADE dos Homens. Direção: Paulo Lins, Fernando Meirelles, Cesar Charlone, Kátia Lund e Regina Casé. Rio de Janeiro, Rede Globo. Exibido de outubro de 2002 a dezembro de 2005.

CIDADE dos Homens – O filme. Direção: Paulo Morelli. Brasil, 110 min. 2007, 35 mm.

CIDADE DOS HOMENS. Disponível em: <<http://www.cidadedoshomens.com.br/>> Acesso em: 10 ago. 2009.

CHAMPAGNE, Patrick. “La vision médiatique”. Em : BOURDIEU, Pierre et al. *La misère du monde*. Paris. Seuil, 1993 apud ALVIM, Rosilene; PAIM, Eugênia. “Os jovens suburbanos e a mídia: conceitos e preconceitos” In: ALVIM, Rosilene e GOUVEIA, Patrícia (Orgs). *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Contra Capa Livraria, 2000.

CUFA. Disponível em: <<http://www.cufa.org.br/in.php?id=materias/mat281>>. Acesso em: 11 maio 2009.

EDUCAÇÃO PÚBLICA. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materias/0314.html>> . Acesso em: 10 agosto 2009.

CUNHA, Euclides da, *Os sertões*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1902 apud VALLADARES, Lícia. “A favela das ciências sociais” In: *A invenção da favela. Do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro : FGV, 2005

DINIZ, Eli. Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982 apud ZALUAR, Alba. “As teorias sociais e os pobres: os pobres como objeto”. In: *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*” São Paulo: Brasiliense, 1985.

DOWDNEY, Luke. *Crianças do Tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Sete Letras, 2003. Disponível em: <http://www.fightforpeace.net/research_pt.php> . Acesso em: 08 ago.2009.

_____. *Nem Guerra nem paz: comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada*. Rio de Janeiro. Sete Letras, 2005. Disponível em: <http://www.fightforpeace.net/research_pt.php> . Acesso: 08 ago. 2009.

DUTRA, Manuel José Sena. *A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia*. Biodiversidade, povos da floresta. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos(UFPA), 2005.

ECO, UMBERTO. “Apocalípticos e integrados”. In: *Apocalípticos e Integrados*, São Paulo: Perspectiva, 1978.

ESTUDANTENET. Disponível em:

<http://www.une.org.br/home3/cultura/cultura_2007/m_6777.html> . Acesso em: 08 Ago. 2009.

FALCÃO: *Meninos do Tráfico*. Rio de Janeiro, Rede Globo - Fantástico – exibido em 19 de março de 2006.

FALCÃO: *Meninos do Tráfico*. Direção - MV Bill e Celso Athayde. Produção: Kenya Pio, Marilza Pereira Athayde, Renata Moutinho, Nega Gizza, Anderson Quak, Rodrigo Felha, Marcella Peçanha, 2006. DVD (57 min.), cor. Produzido pela CUFA - Central Única das Favelas e TV Globo.

FAVELA TEM MEMÓRIA. Disponível em: <<http://www.favelatemmemoria.com.br/>> Acesso em: 10 ago.2009.

GOOGLE – PESQUISA DE IMAGENS. Disponível em:

<<http://images.google.com.br/images?q=cidade%20de%20deus&oe=utf-8&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&um=1&ie=UTF-8&sa=N&hl=pt-BR&tab=wi>>

<http://image-photos.linternaute.com/image_photo/550/autres-villes-rio-de-janeiro-bresil-1429254413-599964.jpg> Acesso em: 10 ago.2009.

GUIDDENS, Anthony. *Les conséquences de la modernité*. Paris, L’Harmattan, 1994 apud PERALVA, Angelina. “Risco e modernidade”. In: *Violência e democracia: O paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUIMARÃES Ana Claudia e AULER, Eduardo. Para as mães, resta apenas o sofrimento. Extra. Rio de Janeiro, p. 7, 1 nov. 2007

_____. Protegidos pelas “tias”. Extra. Rio de Janeiro, p.3, 30 out. 2007.

_____. “Tias” assumem o papel de mães no tráfico. O Globo. Rio de Janeiro, p. 16, 30 out. 2007

_____. Com dinheiro e prestígio, mas longe da liberdade. Extra. Rio de Janeiro, p. 3, 29 out. 2007

_____. Mulheres estão com mais poder. Extra. Rio de Janeiro, p. 5, 29 out. 2007.

_____. Traficantes de sexo nem um pouco frágil. Extra. Rio de Janeiro, p. 18 e 19, 28 out. 2007

IMAGENS DO POVO. Disponível em <http://www.imagensdopovo.org.br/ip/index.asp>
Acesso em 10 de agosto de 2009.

INTRATOR, Simone. Corrente do bem para o Rio. O Globo. Rio de Janeiro 06 de agosto de 2006.

ISNARD, Leticia. “Jovens em situação de risco social” In: ALVIM, Rosilene e GOUVEIA, Patrícia (orgs). *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, 2000.

JORNAL O GLOBO. MV Bill suspende documentário sobre tráfico. Rio de Janeiro, 1 de agosto de 2003, página 13.

JORNAL DO BRASIL. MV Bill proíbe documentário., Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2003.

JUNGBLUT, Cristiane e Camarotti, Gerson. ‘Eu poderia ter virado um desses’, diz Lula para MV Bill. Jornal O Globo. Rio de Janeiro. 24 de março de 2006. página 19.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979 apud TELLES, Vera da Silva. “Debates: a cidade como questão”. In: TELLES, Vera e CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. SP: Associação Editorial Humanitas, 2006, (p. 35/64; pp. 69/118).

LEEDS, E. “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local”. In: ALVITO, M. Zaluar A., (Org), *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEITE, Márcia. "Organização comunitária, cor e cultura: imagens nas e das favelas em documentários brasileiros". *Proposta*, Rio de Janeiro, n.90,p.104-117, 2001.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

LUTA PELA PAZ. Disponível em:< http://www.fightforpeace.net/home_pt.php.>
Acesso em: 20 dez. 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. "Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano". In: RIBEIRO, L. C. Q. de. (Org.) *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Rio de Janeiro: Perseu Abramo/Fase, 2004, (p. 291-315)

_____. "A continuidade do problema da favela". In: OLIVEIRA, Lippi (Org). *Cidade: trajetórias e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MACHADO, Elielma Ayres. "Retratos da juventude: imagens de juventude e violência no Rio de Janeiro". In: ALVIM, Rosilene; GOUVEIA, Patrícia (Orgs). *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

MARÊ: Nossa História de Amor. Direção: Lúcia Murat. Roteiro Lúcia Murat e Paulo Lins. Brasil, França e Uruguai. 105 min. 2007, 35 mm.

MARÉ: NOSSA HISTÓRIA DE AMOR. Disponível em:
<<http://www.mareofilme.com.br/>> Acesso em: 10 ago. 2009.

MENEZES, PAULO. "Representificação – As relações (im) possíveis entre cinema documental e conhecimento". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 18. n..51 fev. 2003.

MERTON, Robert K; LAZARSELD, Paul F. *Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social*. Luiz Costa Lima. (org). 3.ed. Paz e Terra, 1977.

MOREIRA, Eliana e QUEIROZ, Tereza. "Juventude e cultura em comunidades precarizadas: a difícil construção da cidadania." In: ALVIM, Rosilene, FERREIRA JR, Edídio e QUEIROZ, Tereza (orgs). *Jovens e juventude*. João Pessoa. Editora Universitária.PPGS/UFPB, 2005.(pp.49/64).

MÜLLER, Elaine. "As palavras nunca voltam vazias": reflexões sobre classificações etárias. In: ALVIM, Rosilene, FERREIRA JR, Edídio ; QUEIROZ, Tereza (Orgs). *Jovens e juventude*. João Pessoa: Editora Universitária.PPGS/UFPB, 2005.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Disponível em:

<<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/home/index.php>>

Acesso em: 10 ago. 2009.

OLIVEIRA, Francisco (2003) apud TELLES, Vera da Silva. "Debates: a cidade como questão". In: TELLES, Vera e CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. SP: Associação Editorial Humanitas, 2006, (pp. 35/64; pp. 69/118).

ORKUT – COMUNIDADE CORRENTE DO BEM

<http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=17559838&refresh=1> Acesso em: 10 ago.2009.

PAIM, Eugênia. "Imagens da juventude: forever Young a apropriação da imagem da juventude pela propaganda brasileira". In: NOVAES, Regina, PORTO, Marta ; HENRIQUES, Ricardo (Orgs.). *Juventude, Cultura e cidadania*. Rio de Janeiro: ISER, 2002, pp. 57-61 (Comunicações do ISER - número especial).

PERALVA, Angelina. "Risco e modernidade" e "A escolha do crime". In: *Violência e democracia. O paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 apud ZALUAR, Alba. "As teorias sociais e os pobres: os pobres como objeto". In: *"A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza"* SP: Brasiliense, 1985.

PRADO, Rosane Manhães. "Entre tiros e transas: recepção de conteúdos televisivos". *Interseções* (UERJ), Rio de Janeiro, v. ano 5, n. 2, p. 389-415, 2003.

RIBEIRO, Luiz Cesar. Queiroz. ; LAGO, Luciana Correa. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), São Paulo, v. 5, p. 37-59, 2001.

ROCHA Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1986 apud VALLADARES, Lícia, “A favela das ciências sociais”. In: *A invenção da favela. Do mito de origem à favela.com*. RJ: FGV, 2005

RODRIGUES, Chris. *O cinema e a produção*. DP&A, FAPERJ editora. 2002.

SANTEIRO, SÉRGIO. “Conceito de dramaturgia natural”. In: *A voz do dono*. Filme cultura, n. 30 ago 1978. Rio de Janeiro. p.80-85.

SANTOS, Andreia Cesar dos. *Juventude e violência urbana na mídia: uma reflexão acerca do projeto Falcão: Meninos do Tráfico*. Monografia em Ciências Sociais Rio de Janeiro, UERJ/ IFCH, 2007.

SÍTIO DE MV BILL – disponível em: <<http://www.mvbill.com.br/mvbill.htm>>

SOARES, Luiz Eduardo, BILL, MV e ATHAYDE, Celso. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. BATISTA, André e PIMENTEL, Rodrigo. *Tropa de Elite*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2006

TELLES, Vera da Silva. “Debates: a cidade como questão”. In: TELLES, Vera; CABANES, Robert (Org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TERRA DOS HOMENS <<http://www.terradoshomens.org.br/>> Acesso em: 10 ago. 2009.

TROPA de Elite. Direção: José Padilha. Brasil. 118 min. 2007.

TVE Brasil – Disponível em:

<http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/cme/060328_365.htm> Acesso em: 02 set. 2009.

VALLADARES, Lícia, “A favela das ciências sociais”. In: *A invenção da favela. Do mito de origem à favela.com*. RJ: FGV, 2005.

_____. “A gênese da favela carioca”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44. 2000.

WACQUANT, Loïc. “Para acabar com o mito das ‘cités-guetos’” e “As duas faces do gueto”. In: *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

WEFFORT, Francisco. C. *Raízes sociais do populismo em São Paulo*. Revista Civilização Brasileira ano 1 n. 2, Rio de Janeiro apud ZALUAR, Alba. “As teorias sociais e os pobres: os pobres como objeto”. In: *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza* São Paulo: Brasiliense, 1985

_____. “Política de massas” In *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1965b apud ZALUAR, Alba. “As teorias sociais e os pobres: os pobres como objeto”. In: *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza* SP: Brasiliense, 1985

WIERVIOKA, Michel. *L'espace du racisme*. Paris, Seuil, 1991 apud WACQUANT, Luiz, “Para acabar com o mito das ‘cités-guetos’”. In: *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. “As teorias sociais e os pobres: os pobres como objeto”. In: *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza* São Paulo: Brasiliense, 1985.